

INFORMS

INFORMATIVO
MERCOSHIPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 085/2026
Data: 25/05/2026



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
DIA DA INDÚSTRIA É CELEBRADO NO BRASIL E DESTACA DESAFIOS NO POLO INDUSTRIAL DE CUBATÃO.....	4
MISSÃO INTERNACIONAL PORTO & MAR TRAZ ROTEIRO VOLTADO À INOVAÇÃO, LOGÍSTICA E TECNOLOGIA.....	5
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	7
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	8
WORKSHOP DISCUTE PREPARAÇÃO DOS PORTOS BRASILEIROS PARA MERCADO DE EÓLICAS EM ALTO-MAR	8
PORTO DE SANTOS INAUGURA HUB DE INOVAÇÃO VOLTADO À TECNOLOGIA E AO FUTURO DA LOGÍSTICA	9
EXPORTAÇÕES POR CARGA AÉREA CRESCEM 43% NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2026	10
MINISTRO TOMÉ FRANCA PARTICIPA DE FÓRUM EM SÃO PAULO PARA DISCUTIR DESENVOLVIMENTO PORTUÁRIO E HIDROVIÁRIO.....	11
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	12
MINISTRO GEORGE SANTORO PARTICIPA DE ANÚNCIOS COM O PRESIDENTE LULA SOBRE INVESTIMENTOS NO AMAZONAS, NESTA QUARTA-FEIRA (27).....	12
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES DESTACA AVANÇOS REGULATÓRIOS E AMPLIA DIÁLOGO COM INVESTIDORES ITALIANOS	13
BE NEWS – BRASIL EXPORT	14
EDITORIAL – CELERIDADE E RIGOR NA RENOVAÇÃO DA CONCESSÃO DA MAIOR MALHA FERROVIÁRIA DO BRASIL.....	14
INSIGHT – LOGÍSTICA - AMAZÔNIA SECA, PORTOS PRESSIONADOS E CADEIAS INTERROMPIDAS: O BRASIL DIANTE DO NOVO EL NIÑO	15
POLÍTICA - FLÁVIO: 88% AINDA DEFENDEM SUA CANDIDATURA	17
NACIONAL - HUB – CURTAS - NOVO PLANO NACIONAL DE LOGÍSTICA PRIORIZARÁ INTEGRAÇÃO ENTRE RODOVIAS, FERROVIAS E PORTOS	18
<i>A nova estratégia</i>	18
<i>Rotas da produção</i>	18
<i>Frete mais barato</i>	18
<i>Padronização</i>	18
POLÍTICA – BOLSONARISMO NUNCA TEVE PROPOSTA PARA O BRASIL, DIZ RENAN SANTOS.....	19
POLÍTICA - HADDAD APONTA RETROCESSO NA EDUCAÇÃO DE SP.....	20
POLÍTICA - LULA PEDE AO GOVERNADOR DO RIO QUE PRENDA LADRÕES E MILICIANOS	20
POLÍTICA - CANDIDATO AO SENADO POR SP SAI ATÉ JUNHO.....	21
TRANSPORTES - PORTOS - MINISTRO DIZ QUE EDITAL DO TECON SANTOS 10 PRECISA SAIR NOS PRÓXIMOS MESES	22
TRANSPORTES - HIDROVIAS - GOVERNO ANUNCIA QUASE R\$ 1 BI PARA TERMINAL HIDROVIÁRIO DE MANAUS	23
TRANSPORTES - NAVEGAÇÃO - AVANÇAM ESTUDOS PARA CRIAR TRANSPORTE AQUAVIÁRIO EM MARICÁ.....	25
TRANSPORTES - RODOVIAS - FRETE RODOVIÁRIO SOBE 8,39% EM ABRIL COM PRESSÃO DO DIESEL E NOVA TABELA DA ANTT	25
TRANSPORTES - RODOVIAS - CONCESSÃO DA ROTA DAS GERAIS É HOMOLOGADA COM DESCONTO DE 19%	26
TRANSPORTES – OPINIÃO – PLANEJAMENTO - BARREIRAS-BRASÍLIA OU BARREIRAS-SALVADOR?	27
TRANSPORTES - FERROVIAS - GOVERNO FECHA ACORDO, MAS FCA TERÁ MALHA REDUZIDA EM 3,1 MIL	28
TRANSPORTES – AVIAÇÃO - GOVERNO APROVA LINHA DE CRÉDITO DE R\$ 1 BI PARA COMPANHIAS AÉREAS.....	29
BRASIL EXPORT - INFRAJUR DISCUTIRÁ SEGURANÇA JURÍDICA E ESTABILIDADE REGULATÓRIA NO SANTOS EXPORT	30
BRASIL EXPORT - PROGRAMAÇÃO SANTOS EXPORT 2026.....	31
OPINIÃO – ARTIGOS - A INFRAESTRUTURA INVISÍVEL	32
FINANÇAS - CNI ACIONA STF CONTRA O FIM DA ‘TAXA DAS BLUSINHAS’	34
FINANÇAS - MINISTRO CELEBRA BOM MOMENTO ECONÔMICO	35
JUSTIÇA - BARROSO DEFENDE PAPEL DO STF NA CONDUÇÃO DO CASO MASTER.....	36
JUSTIÇA - FUX VOTA POR PRISÕES DE PARENTES DE VORCARO	37
INTERNACIONAL - HEZBOLLAH EXIGE O FIM DAS CONVERSAS ENTRE LÍBANO E ISRAEL	38
INTERNACIONAL - TRUMP ELOGIA SERVIÇO SECRETO APÓS TIROTEIO	39
INTERNACIONAL - EXPLOÇÃO EM MINA DE CARVÃO NA CHINA MATA AO MENOS 82	39
INTERNACIONAL - TREM EXPLODE E DEIXA 30 MORTOS NO PAQUISTÃO	40
INTERNACIONAL - PROJÉTEL RUSSO ATINGE CASA DE EMBAIXADOR.....	40
JORNAL O GLOBO – RJ	41
COMISSÃO DA CÂMARA ANALISA PEC QUE PREVÊ O FIM DA ESCALA 6X1	41



GOVERNO DO DF ARRECADADA R\$ 1 BI PARA SOCORRER BRB, MAS AINDA BUSCA EMPRÉSTIMO PARA COBRIR ROMBO DO MASTER	43
GOVERNO LANÇA NOVO LEILÃO DO ECO INVEST PARA INVESTIR EM MINERAIS CRÍTICOS, BIOCOMBUSTÍVEIS E BIOFERTILIZANTES	44
NOVAS REGRAS DO CIOT ENTRAM EM VIGOR E AMPLIAM FISCALIZAÇÃO DO FRETE RODOVIÁRIO; ENTENDA	46
A DECISÃO DE ALEXANDRE DE MORAES QUE ATRAPALHA A GESTÃO DA CRISE DE FLÁVIO BOLSONARO-VORCARO	47
PRODUZIR NO ESTADO DO RIO CUSTA R\$ 274,8 BI A MAIS POR ANO ÀS EMPRESAS, APONTA ESTUDO	48
MINISTÉRIO DO TRABALHO VAI À JUSTIÇA PARA OBRIGAR ANVISA A PROIBIR USO DO HERBICIDA MAIS VENDIDO NO MUNDO	51
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	53
MERCOSUL-UE: ARGENTINA E URUGUAI ESGOTAM COTAS DE ARROZ E OVOS E ACENDEM ALERTA NO BRASIL	53
CSN SE MOVIMENTA PARA INCLUIR TAXAÇÃO DA FOLHA METÁLICA EM NEGOCIAÇÕES ENTRE BRASIL-EUA	54
OPINIÃO - BANCO CENTRAL NÃO DÁ PISTAS SOBRE FUTURO DO BRB, MAS SITUAÇÃO DO BANCO PÚBLICO PERMANECE INCERTA	55
VALOR ECONÔMICO (SP)	56
PRIVATIZAÇÃO DA COPASA RECEBE PROPOSTA DA EQUATORIAL E DE CONSÓRCIO DE SÓCIOS DA AEGEA, DIZEM FONTES	56
CONTROLADORES DA MILLS ASSINAM ACORDO COM FRANCESA LOXAM PARA VENDER PARTICIPAÇÃO POR R\$ 2 BI	57
GERDAU LANÇA A NEWECO, NOVA LINHA DE AÇO COM BAIXA EMISSÃO DE CARBONO PARA ACELERAR A DESCARBONIZAÇÃO	58
TENSÃO COM ALCOLUMBRE TRAVA PAUTA PRIORITÁRIA DO GOVERNO NO SENADO	60
PORTAL PORTOS E NAVIOS	62
SANTOS SUPERA 59 MILHÕES DE TONELADAS MOVIMENTADAS EM 4 MESES	62
PROCURA POR MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES NO MERCADO GLOBAL CAIU 0,9% EM MARÇO, APONTA CONSULTORIA	62
SAAM ENCOMENDA REBOCADOR DE 80T BP A ESTALEIRO CHILENO PARA OPERAÇÃO NO CANADÁ	64
TOMÉ PREVÊ INÍCIO DAS OBRAS DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ NO 1º TRI DE 2027	64
PORTARIA DESTINA R\$ 3 BILHÕES DO SUPERÁVIT DO FMM EM 2025 PARA TESOUREIRO	65
TECON SANTOS 10: MINISTRO E DG DA ANTAQ MANTÊM PREVISÃO DO LEILÃO EM 2026	66
HUB DE INOVAÇÃO É INAUGURADO NO PORTO DE SANTOS	67
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	67
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	67



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

DIA DA INDÚSTRIA É CELEBRADO NO BRASIL E DESTACA DESAFIOS NO POLO INDUSTRIAL DE CUBATÃO

Produtividade, sustentabilidade e transição energética estão entre os objetivos do setor
Por Anderson Firmino 25 de maio de 2026 às 13:00



Integração entre diferentes segmentos, como siderurgia, petroquímica, fertilizantes, logística e energia, é importante para o futuro do Polo Industrial de Cubatão (Alexsander Ferraz/Arquivo AT)

Foco em produtividade, sustentabilidade e transição energética. Esse é o grande desafio do Polo Industrial de Cubatão, que comemora, nesta segunda-feira (25), o Dia da Indústria. Clique aqui para seguir agora o canal de A Tribuna no WhatsApp! Para o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), a força está na integração entre diferentes segmentos industriais, como siderurgia, petroquímica, fertilizantes, logística e energia, que têm papel estratégico para a economia brasileira, de acordo com o diretor da entidade, Américo Ferreira.

“Nos últimos anos, também avançamos em agendas importantes junto ao poder público, Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), universidades e entidades regionais, fortalecendo a qualificação da mão de obra e a competitividade do polo”, observa.

Para ele, o impacto na geração de empregos, renda e desenvolvimento econômico da Baixada Santista ainda é visível. “Além da relevância econômica, a indústria também contribui para a formação profissional e para a criação de oportunidades na região, fortalecendo o desenvolvimento social”.

Investimentos

Américo cita importantes investimentos recentes em modernização das plantas, que chegam a R\$ 3 bilhões.

Entre eles, a produção de amônia verde pela Yara, os investimentos da Unipar em modernização operacional, os avanços da Petrobras no desenvolvimento do querosene de aviação (BioQAV) na Refinaria Presidente Bernardes, além de ações da Usiminas voltadas à manutenção e competitividade da planta industrial.

Integração entre diferentes segmentos, como siderurgia, petroquímica, fertilizantes, logística e energia, é importante para o futuro do Polo Industrial de Cubatão

25 de maio

O Dia da Indústria surgiu oficialmente no Brasil em 1957, inicialmente instituído em 18 de fevereiro. No entanto, no ano seguinte, a data foi alterada para 25 de maio em homenagem a Roberto Cochrane Simonsen, considerado o patrono da indústria nacional e que faleceu nesta mesma data, no ano de 1948.

Ações marcam um novo momento

O apoio às indústrias de Cubatão virou pauta governamental no início do ano, quando o vice-presidente Geraldo Alckmin, à época também ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e



Serviços, anunciou um aporte de R\$ 2 bilhões para a indústria química nacional. O ato foi considerado uma vitória para o Polo Industrial da cidade.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 25/05/2026

MISSÃO INTERNACIONAL PORTO & MAR TRAZ ROTEIRO VOLTADO À INOVAÇÃO, LOGÍSTICA E TECNOLOGIA

Delegação brasileira terá agenda técnica em Pequim, Xangai e Hong Kong, com visitas a hubs de inovação e referências globais em infraestrutura, automação e IA

Por Alexandre Lopes, enviado à China 24 de maio de 2026 às 07:12

Vista panorâmica da cidade de Pequim, com o histórico Portão de Zhengyangmen e a moderna Torre Citic (Adobe Stock)

A Missão Internacional Porto & Mar 2026, promovida pelo Grupo Tribuna, começa neste domingo (24), na China, levando empresários, executivos e autoridades brasileiras a uma imersão em alguns dos ambientes mais avançados do mundo em logística, infraestrutura, inovação e tecnologia aplicada ao setor produtivo. Em dez dias, a delegação percorrerá Pequim, Xangai e Hong Kong em uma agenda que combina visitas técnicas, encontros institucionais e experiências voltadas à compreensão de modelos que ajudam a moldar o comércio global.

Mais do que uma viagem empresarial, a missão foi desenhada como uma plataforma de observação estratégica. Em um momento em que eficiência logística, inteligência artificial, automação e integração multimodal se tornaram fatores decisivos para a competitividade internacional, o grupo brasileiro buscará contato direto com soluções e estruturas que colocaram a China no centro das cadeias globais de produção e distribuição.

A edição deste ano ocorre após a missão realizada nos Estados Unidos, em 2025, e amplia o olhar sobre os grandes ecossistemas mundiais de infraestrutura e desenvolvimento. Desta vez, o foco recai sobre um país que transformou tecnologia, escala industrial e planejamento logístico em instrumentos de expansão econômica e influência global.

“Buscamos entender quais projetos vêm gerando resultados concretos e quais soluções têm se mostrado mais eficientes ao longo da cadeia produtiva, seja na agilidade operacional, na capacitação de pessoas, na sustentabilidade ou no ganho de eficiência”, explica o diretor-presidente da TV Tribuna, Roberto Clemente Santini.

Primeira parada: Pequim

A programação começa em Pequim, hoje, com a recepção oficial da delegação e um jantar de boas-vindas. A partir de amanhã, os participantes mergulham em agendas técnicas voltadas à inovação, inteligência artificial, mobilidade autônoma e transformação digital, incluindo visitas a centros tecnológicos e empresas ligadas ao desenvolvimento de soluções avançadas para cidades, indústria e logística.

“Além da parte técnica, essas experiências também criam oportunidades importantes de troca de conhecimento entre empresários, executivos e gestores públicos. A China vive hoje um momento de forte avanço tecnológico e impressiona pela capacidade de escalar soluções em diferentes áreas da infraestrutura e da logística. Por isso, a expectativa para esta missão é muito grande”, complementa Roberto.

Embora esteja distante do litoral, Pequim integra um dos mais importantes corredores logísticos chineses, conectada ao Porto de Tianjin — estrutura estratégica para abastecimento, exportação e circulação de cargas no norte do país. O modelo de integração regional adotado pela China é justamente um dos pontos que despertam interesse da delegação brasileira, especialmente em discussões relacionadas à eficiência operacional, conectividade e planejamento de longo prazo.

A modernidade de Xangai

Na sequência, a missão segue para Xangai, cidade que abriga o maior porto de contêineres do planeta e um dos maiores símbolos da capacidade logística chinesa. Ali, a delegação terá contato com estruturas ligadas à automação portuária, indústria pesada, engenharia naval e equipamentos utilizados em operações marítimas de grande escala.

Xangai representa hoje muito mais do que um grande complexo portuário. A cidade consolidou-se como um ambiente em que porto, indústria, tecnologia e planejamento urbano operam de forma integrada — um conceito observado com atenção por representantes do setor brasileiro diante dos desafios de expansão, modernização e aumento de produtividade enfrentados pelos portos nacionais.

“Esta missão representa uma oportunidade importante para empresários do setor portuário e também para autoridades conhecerem, de perto, alguns dos maiores portos do mundo e entenderem como tecnologia, infraestrutura e eficiência operacional vêm transformando a logística internacional”, pontua o diretor-presidente de A Tribuna, Marcos Clemente Santini.



Porto de Xangai, o maior do mundo, se notabiliza pelo gigantismo nas operações e suas conexões globais (Adobe Stock)

Hong Kong, hub financeiro O roteiro inclui ainda Hong Kong, um dos principais hubs financeiros e marítimos da Ásia. A cidade encerra a programação da missão com agendas voltadas à conectividade global, comércio internacional e integração logística, em um ambiente marcado pela intensa circulação de mercadorias, capital e serviços.

“Estou com uma expectativa muito positiva para esta missão, principalmente pela oportunidade de conhecer de perto os portos, as novas tecnologias e os modelos de inovação desenvolvidos pela China. É um país que chama atenção pela capacidade de empreendedorismo, pela escala e pela velocidade com que transforma ideias em soluções práticas. Além das visitas técnicas, teremos um ambiente muito rico de networking e troca de experiências entre empresários de diferentes segmentos”, resume a diretora vice-presidente do Grupo Tribuna, Renata Santini Cypriano.

A capacidade de abertura de mercado da China impressiona em todos os aspectos. O país superou nossas expectativas quando o assunto é desenvolvimento, inovação e eficiência logística. Iniciamos esta missão com grandes perspectivas de troca de conhecimento e de identificação de oportunidades que possam contribuir para o fortalecimento do setor portuário brasileiro”, afirmou o consultor para assuntos portuários do Grupo Tribuna, Maxwell Rodrigues.



Última parada da Missão, Hong Kong impressiona pela circulação de pessoas, mercadorias e investimentos (Adobe Stock)

Objetivo é gerar impacto para o Brasil

Ao longo da viagem, a proposta da Missão Internacional Porto & Mar 2026 será aproximar lideranças brasileiras de experiências capazes de gerar impacto prático no país. O objetivo não é replicar modelos de maneira automática, mas ampliar repertório, identificar tendências e compreender como diferentes regiões estruturam soluções para temas como capacidade portuária, fluidez

logística, inovação tecnológica e competitividade.

A iniciativa ganha relevância especial para a Baixada Santista, sede do Porto de Santos — principal complexo portuário do Hemisfério Sul e peça central da economia brasileira. Em meio aos debates sobre expansão, infraestrutura, integração porto-cidade e modernização operacional, observar referências internacionais ajuda a enriquecer discussões que impactam diretamente o futuro do setor.

A expectativa é que a missão produza não apenas conexões institucionais e oportunidades de negócios, mas também uma visão mais ampla sobre o papel estratégico dos portos em um cenário global cada vez mais dependente de tecnologia, velocidade e integração logística.

“A China se consolidou como uma das maiores referências mundiais em logística, automação e inteligência artificial, áreas que hoje impactam diretamente a eficiência e a competitividade do setor portuário. Nossa expectativa com a missão é conhecer soluções inovadoras, ampliar conexões e trazer referências que possam contribuir para acelerar o desenvolvimento e a modernização do Porto de Santos”, resume o diretor de Negócios do Grupo Tribuna, Demetrio Amono.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 25/05/2026



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

Nova versão do SAMA entra em operação



Brasília, 25/05/2016 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) disponibilizou a nova versão do Sistema de Afretamento na Navegação Marítima e de Apoio (SAMA), ferramenta utilizada para o gerenciamento e acompanhamento de operações de afretamento no âmbito da navegação aquaviária.

A atualização integra as ações de modernização e transformação digital da Agência e contempla melhorias voltadas à estabilidade, segurança, desempenho do sistema e aprimoramento da

experiência dos usuários.

Entre os principais avanços implementados, destacam-se:

- * modernização da interface;
- * aperfeiçoamento dos fluxos operacionais;
- * ampliação da estabilidade e do desempenho do sistema;
- * fortalecimento dos mecanismos de segurança; e
- * evolução da arquitetura tecnológica.

A nova versão do SAMA foi desenvolvida em parceria entre a Superintendência de Outorgas (SOG), por meio da Gerência de Afretamento na Navegação Marítima e Apoio (GAF), e a Secretaria-Geral (SGE), por meio da Gerência de Gestão da Tecnologia da Informação (GGTI).

Esta entrega corresponde à primeira etapa de implantação da nova versão do sistema, cuja disponibilização ocorrerá gradualmente, em fases subsequentes.

Neste momento, encontra-se disponível a funcionalidade de circularização por cabotagem. As demais modalidades de navegação e funcionalidades serão disponibilizadas nas próximas etapas de implantação.

O acesso ao sistema permanece disponível no endereço:

<https://sama.antaq.gov.br/sama/>

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

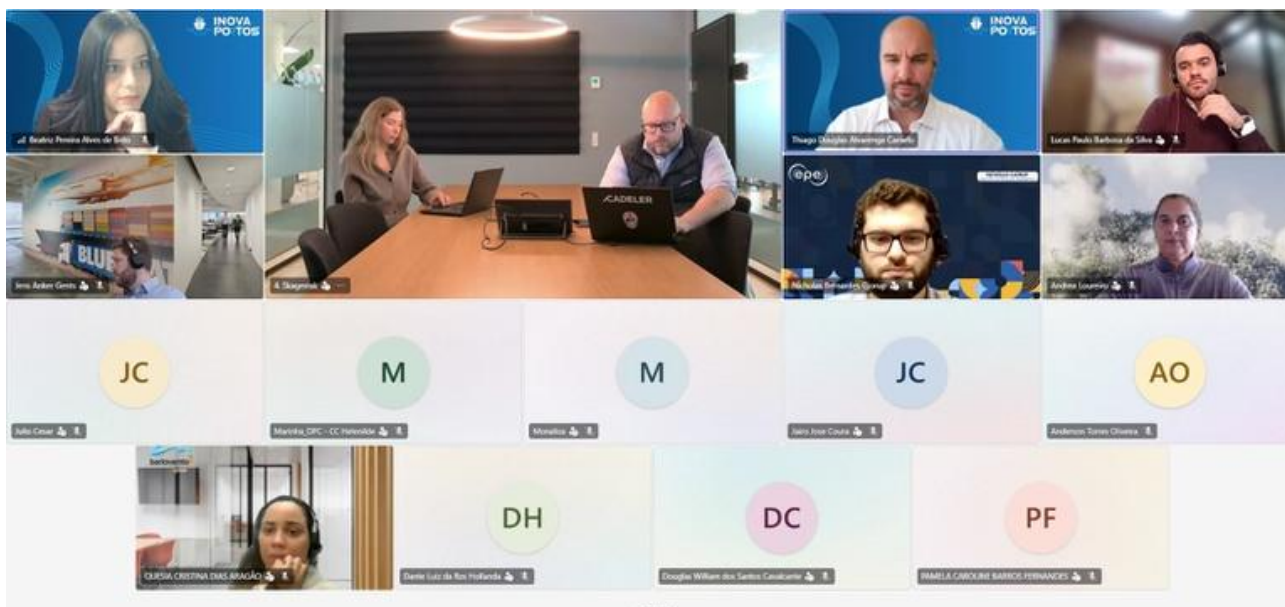
Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 25/05/2026

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

WORKSHOP DISCUTE PREPARAÇÃO DOS PORTOS BRASILEIROS PARA MERCADO DE EÓLICAS EM ALTO-MAR

Encontro promovido pelo MPor e pelo Conselho de Comércio da Dinamarca reuniu especialistas e representantes do setor para discutir desafios logísticos



O workshop buscou preparar o setor portuário brasileiro para atender às demandas logísticas e operacionais da cadeia de energia eólica offshore

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), em parceria com o Conselho de Comércio da Dinamarca, realizou, na última quarta-feira (20), o workshop Eólicas Offshore. O encontro virtual reuniu representantes do governo, autoridades portuárias, associações setoriais, universidades e empresas globais para discutir oportunidades, desafios regulatórios e perspectivas para o desenvolvimento da geração de energia eólica em ambiente marítimo no Brasil.

Conduzido pela Secretaria Nacional de Portos (SNP), do MPor, e pelo Conselho de Comércio, ligado ao Ministério das Relações Exteriores da Dinamarca, o workshop buscou preparar o setor portuário brasileiro para atender às demandas logísticas e operacionais da cadeia de energia eólica em alto-mar, considerada estratégica para a transição energética e para o fortalecimento da infraestrutura nacional.

Durante o encontro, foram debatidos caminhos para o avanço desse mercado, alinhados à inovação, sustentabilidade e integração com a infraestrutura portuária. Entre os temas abordados estiveram embarcações especializadas, infraestrutura portuária, logística e cadeias de suprimento associadas ao setor.

Segundo o coordenador-geral de Inovação Portuária e Transformação Digital da Secretaria Nacional de Portos, Thiago Alvarenga, o workshop permitiu aproximar o setor portuário brasileiro de experiências internacionais já consolidadas. “Este workshop é uma oportunidade de aproximar as autoridades do setor portuário brasileiro de soluções já testadas em outros mercados, especialmente no que se refere às embarcações e às operações que viabilizam a logística de eólicas offshore. A experiência dinamarquesa mostra os impactos das eólicas offshore sobre a infraestrutura portuária, desde berços e calados até pátios, armazenagem, acessos e serviços. Mais do que isso, mostra como esses impactos podem se transformar em oportunidades de investimento e geração de valor para os portos brasileiros”, destacou.

Experiência internacional

Entre os destaques do evento, esteve a participação da empresa dinamarquesa Cadeler, referência mundial em transporte e instalação de parques eólicos em alto-mar. A companhia apresentou experiências internacionais e ressaltou a importância de investimentos em infraestrutura portuária, profundidade operacional e previsibilidade regulatória para atrair embarcações especializadas e garantir competitividade ao Brasil no mercado global.

A Blue Water Shipping, responsável pela operação logística do Porto de Esbjerg, na Dinamarca, considerado um dos principais hubs de eólica offshore da Europa, também compartilhou boas práticas e modelos de adaptação portuária. A empresa destacou experiências bem-sucedidas de transformação de estruturas ligadas à indústria de óleo e gás em bases estratégicas para operações de energia renovável no ambiente marítimo.

Além do MPor, participaram representantes dos ministérios de Minas e Energia (MME), Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), além da Marinha do Brasil e autoridades portuárias, como do Porto do Açu (RJ) e do Porto Central (ES), e entidades do setor, como a Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (ABEPH) e a Associação de Terminais Portuários Privados (ATP).

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 25/05/2026

PORTO DE SANTOS INAUGURA HUB DE INOVAÇÃO VOLTADO À TECNOLOGIA E AO FUTURO DA LOGÍSTICA

Espaço instalado em antigo armazém portuário reunirá startups, tecnologia, coworking, experiências imersivas e ações de inovação



Porto de Santos abrigará hub de inovação voltado à tecnologia e ao futuro da logística - Foto: Eduardo Oliveira/MPor

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, participou, nesta sexta-feira (22), da inauguração do Hub de Inovação Armazém 7, no Porto de Santos. Localizado próximo ao Centro Histórico da cidade litorânea, o espaço de 1.822 metros quadrados será reformado para abrigar ações de desenvolvimento tecnológico, startups, auditório, laboratório, entre outras atividades, mantendo as características visuais originais do antigo armazém

portuário.

De acordo com o ministro, o espaço significa um avanço para a idealização de projetos que aperfeiçoem a estrutura logística do complexo. “O Porto de Santos é uma referência no Brasil. Quando a gente fala de porto, falamos de movimentação de carga, mas não podemos falar disso sem falar da capacitação de pessoas, da qualidade técnica. E não é possível falar disso sem tecnologia e inovação. Hoje, a Autoridade Portuária de Santos oferece ao setor um hub de inovação para pensar o futuro de

Santos. Aqui, onde tudo começou, vamos ter a memória do Porto, pensando para onde queremos ir”, destacou.

Tecnologia e experiências interativas

O Hub de Inovação contará com recursos interativos, experiências de imersão no universo portuário, realidade aumentada e visita virtual para explorar o porto. O espaço também terá minicentro de convenções, coworking, ambientes voltados a instituições parceiras como universidades, ONGs e observatórios do clima e do oceano, especializados em sustentabilidade, meteorologia e oceanografia.

Outra novidade será a criação de um ponto de apoio para visitas embarcadas pelo canal do Porto, com acesso seguro organizado de visitantes.

“O que buscamos é um porto do futuro, e a inauguração representa um passo nesse sentido. As obras atendem a demandas específicas, mas a tecnologia complementa o que a infraestrutura não é capaz de entregar sozinha. A ideia é que todas as melhores tecnologias que tragam eficiência sejam compartilhadas aqui. É um passo que poderá ser replicado em todos os portos”, destacou o diretor-presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini.

A gestão do Armazém 7 será da Universidade Mackenzie, que assinou contrato de R\$ 7,5 milhões com a APS. A instituição será responsável por desenhar e agregar todo o complexo portuário santista ao projeto, assim como formular o cronograma.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 25/05/2026

EXPORTAÇÕES POR CARGA AÉREA CRESCEM 43% NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2026

Transporte aéreo movimentou mais de 308,7 mil toneladas no trimestre, com avanço da participação das aeronaves cargueiras no mercado doméstico e internacional



No mercado doméstico, a movimentação total alcançou 101,2 mil toneladas - Divulgação

As exportações brasileiras por carga aérea cresceram 43% no primeiro trimestre de 2026 e alcançaram US\$ 5,8 bilhões, impulsionadas pela demanda internacional e pelo avanço do comércio eletrônico. No mesmo período, o transporte aéreo de cargas movimentou 308,7 mil toneladas no Brasil, considerando operações domésticas e internacionais, segundo dados do Painel de Indicadores da Carga Aérea, disponível na plataforma Hórus, do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor).

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, destacou que o avanço da carga aérea reflete o fortalecimento da logística e a capacidade do setor de responder ao crescimento do comércio internacional. “Os números mostram que o Brasil tem ampliado sua competitividade logística. O crescimento das exportações por via aérea demonstra a confiança do mercado internacional nos produtos brasileiros e reforça a importância dos investimentos em infraestrutura aeroportuária e eficiência operacional”, afirmou.

Mercado doméstico

No mercado doméstico, a movimentação total alcançou 101,2 mil toneladas, leve retração de 1,5% em relação ao mesmo período de 2025. Apesar disso, o transporte realizado por aeronaves cargueiras apresentou crescimento de 18,3%, chegando a 39,8 mil toneladas e ampliando sua participação para

35,6% da carga doméstica movimentada no país. Já o transporte em aeronaves mistas (que transportam passageiros e cargas) totalizou 61,4 mil toneladas, queda de 11,2%.

Entre as principais rotas domésticas, destacaram-se os fluxos entre Manaus (AM) e Guarulhos (SP), além da ligação entre Manaus (AM) e Viracopos (SP). Isso reforça a importância da integração logística entre os polos industriais, centros de distribuição e hubs aeroportuários do país.

O crescimento do comércio eletrônico também segue impulsionando a demanda por operações logísticas mais rápidas e eficientes em diferentes regiões brasileiras.

Exportações e rotas internacionais

No cenário internacional, a movimentação de carga aérea somou 207,5 mil toneladas no trimestre, com estabilidade em relação ao mesmo período do ano anterior. O destaque ficou novamente para as aeronaves cargueiras, que movimentaram 99,5 mil toneladas, alta de 10,9%, enquanto as aeronaves mistas transportaram 107,9 mil toneladas, retração de 9,3%.

As rotas entre Brasil e Estados Unidos seguiram concentrando os maiores volumes internacionais, especialmente nas operações envolvendo Miami (EUA) e Santiago (CHI).

O secretário Nacional de Aviação Civil do MPor, Daniel Longo, destacou a importância do monitoramento técnico e da produção de estudos para orientar políticas públicas e investimentos no setor. “Levantamentos como o Painel de Indicadores da Carga Aérea são fundamentais para acompanhar o comportamento do mercado, identificar tendências e apoiar decisões estratégicas. Esses números demonstram a força do setor e ajudam o poder público e a iniciativa privada a planejarem investimentos com mais eficiência e previsibilidade”, afirmou.

Exportações em alta

As exportações brasileiras por carga aérea alcançaram US\$ 5,8 bilhões no primeiro trimestre, considerando o valor das mercadorias embarcadas para exportação. Isso representa um crescimento expressivo, de 43%, frente ao mesmo período de 2025. Já as importações somaram US\$ 13,6 bilhões, avanço de 0,8%.

Os Estados Unidos, a China e a Alemanha lideraram as origens das importações aéreas brasileiras, concentrando cerca de 45% do valor movimentado. Já os principais destinos das exportações foram Estados Unidos, Canadá e Suíça, responsáveis por 48,3% do valor exportado por via aérea. Produtos farmacêuticos, máquinas e eletrônicos, além de cargas de alto valor agregado, permaneceram entre os itens de maior relevância no comércio aéreo internacional brasileiro.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 25/05/2026

MINISTRO TOMÉ FRANCA PARTICIPA DE FÓRUM EM SÃO PAULO PARA DISCUTIR DESENVOLVIMENTO PORTUÁRIO E HIDROVIÁRIO

Durante encontro, Franca destacou que a pasta deve realizar de 13 a 15 leilões este ano somente no setor portuário, com foco na expansão da infraestrutura brasileira



Fórum Esfera - Dialogos - Foto: divulgação/MPor

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, participou neste sábado (23) do Fórum Esfera – Diálogos para o crescimento da nação, realizado no Guarujá (SP) e que reuniu representantes do poder público, da iniciativa privada e do terceiro setor. O encontro trouxe debates sobre o cenário econômico atual do Brasil e apresentou visões para o futuro do país com foco na



melhoria da infraestrutura a partir da atualização legislativa e do sistema tributário.

No painel “Como alavancar o desenvolvimento pelos portos e hidrovias”, o ministro destacou a carteira de leilões do MPor como política pública relevante para modernizar a infraestrutura nacional. “Já realizamos três leilões neste ano na área portuária e temos outros treze pela frente. Também estamos empenhados na concessão da Hidrovia do Paraguai, a primeira do setor hidroviário e que vai inaugurar um novo momento para o modal no país”, salientou.

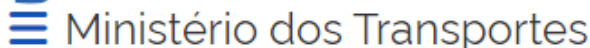
O ministro enfatizou, ainda, que a construção de um ambiente propício ao investimento está no foco do governo federal. “Com estabilidade institucional e a garantia de segurança jurídica e regulatória, temos melhores condições de atrair empreendimentos que fortaleçam a cadeia de infraestrutura e contribuam para o crescimento da nossa economia”, apontou.

Na sua fala, o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, ressaltou como o recente acordo do Mercosul com a União Europeia vai abrir novas oportunidades para o Brasil. “O bloco sul-americano estava há 15 anos sem fazer novos acordos e esta parceria, a maior entre blocos do planeta, nos coloca em um mercado de U\$ 22 trilhões. De acordo com o IPEA (Instituto de Pesquisa Aplicada), as exportações brasileiras podem crescer 17% nos próximos 15 anos”, afirmou.

Dados dos ministérios de Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e de Portos e Aeroportos (MPor) apontam que os complexos portuários brasileiros são responsáveis por movimentar aproximadamente 95% das exportações e importações.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 23/05/2026



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

MINISTRO GEORGE SANTORO PARTICIPA DE ANÚNCIOS COM O PRESIDENTE LULA SOBRE INVESTIMENTOS NO AMAZONAS, NESTA QUARTA-FEIRA (27)

Anúncios incluem investimentos e medidas socioambientais para a BR-319/AM.

O ministro dos Transportes, George Santoro, participa ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nesta quarta-feira (27), de duas agendas no Amazonas voltadas à ampliação de investimentos em infraestrutura, energia, logística, desenvolvimento regional e produção de petróleo e gás. Somados, os investimentos anunciados superam R\$ 7 bilhões no estado.

Entre os atos, estão previstas assinaturas de ordens de serviço para a construção de três pontes de concreto, assinatura de contrato para melhorias na rodovia e medidas socioambientais para a BR-319 e seu entorno.

Agenda

Às 9h30 (horário local), em Manaus, o ministro George Santoro integra comitiva de autoridades para a cerimônia de anúncio de investimentos do Sistema Petrobras no Amazonas. A agenda será realizada no Estaleiro Bertolini Construção Naval da Amazônia, onde serão detalhados investimentos superiores a R\$ 2,8 bilhões da Petrobras e da Transpetro até 2030.

Às 12h (horário local), a comitiva segue para o Estaleiro Juruá, onde ocorrerá a cerimônia com anúncios e assinaturas de atos nas áreas de infraestrutura, energia, logística e desenvolvimento regional.

Cobertura de imprensa

A solicitação de credenciamento deverá ser feita até as 20h do dia 26 de maio de 2026 (horário de Brasília), por meio do Sistema de Credenciamento de Imprensa no site do Palácio do Planalto.

Os profissionais com credenciamento anual deverão solicitar a participação no evento.

Atenção: Para o estaleiro Bertolini, os profissionais cujos pedidos de credenciamento forem aprovados deverão retirar as credenciais no local do evento, entre 7h30 e 8h30. Não será permitido o acesso após esse horário.

Para a agenda no estaleiro Juruá, os profissionais aprovados no credenciamento deverão retirar as credenciais entre 10h e 11h. O mesmo credenciamento é válido para os dois eventos.

Profissionais com credencial anual do Palácio do Planalto, devem marcar a opção pelo evento no link de credenciamento.

HAVERÁ UM ÔNIBUS SAINDO DO ESTALEIRO BERTOLINI PARA O JURUÁ ASSIM QUE TERMINAR A PRIMEIRA CERIMÔNIA.

Serviço

Anúncio de investimentos do Sistema Petrobras no Amazonas

Data: 27 de maio de 2026, quarta-feira

Horário: 9h30 (horário local)

Local: Estaleiro Bertolini Construção Naval da Amazônia — Manaus (AM)

Anúncio de investimentos do BNDES e dos ministérios dos Transportes, de Minas e Energia, e de Portos e Aeroportos no Amazonas

Data: 27 de maio de 2026, quarta-feira

Horário: 12h (horário local)

Local: Estaleiro Juruá — Iranduba (AM)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 25/05/2026

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES DESTACA AVANÇOS REGULATÓRIOS E AMPLIA DIÁLOGO COM INVESTIDORES ITALIANOS

Pasta apresentou medidas para fortalecer a segurança jurídica e ampliar investimentos em infraestrutura no Brasil



Durante o Conexão Brasil-Itália, em São Paulo, o ministro dos Transportes, George Santoro, destacou os avanços da carteira de concessões e os investimentos em infraestrutura. - Foto: Luiz Siqueira/MT

O ministro dos Transportes, George Santoro, participou, nesta segunda-feira (25), do Conexão Brasil-Itália: Infraestrutura, Investimentos e Cultura, realizado em São Paulo (SP). Promovido pelo Times Brasil | CNBC, o encontro reuniu autoridades e empresários para discutir temas relacionados à infraestrutura, atração de investimentos e fortalecimento das relações econômicas entre

Brasil e Itália.



Durante o evento, Santoro destacou os avanços promovidos pelo Ministério dos Transportes nos últimos anos para ampliar a segurança jurídica dos contratos de concessão e fortalecer a confiança dos investidores.

"Hoje, os projetos brasileiros têm uma matriz de risco extremamente bem definida, contratos mais claros e mecanismos de solução de conflitos que não existiam no passado. Essa mudança tem sido fundamental para ampliar a segurança dos investimentos em infraestrutura", afirmou o ministro.

Segundo o ministro, a modernização regulatória e a adoção de novos instrumentos de gestão contratual contribuíram para tornar os projetos brasileiros mais atrativos ao capital privado. A agenda de concessões da pasta também incorpora diretrizes alinhadas aos padrões adotados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), incluindo medidas voltadas à transição energética e à resiliência da infraestrutura.

Carteira de Projetos

Nos últimos três anos, o Ministério dos Transportes consolidou o maior ciclo de concessões rodoviárias da história do país, com 23 leilões realizados. A agenda da pasta prevê alcançar 35 certames até o fim de 2026, com potencial de aproximadamente R\$ 396 bilhões em investimentos voltados à ampliação da infraestrutura e ao fortalecimento da logística nacional.

"Já contratamos cerca de R\$ 240 bilhões em investimentos. Nos 35 anos anteriores de concessões rodoviárias, foram aproximadamente R\$ 170 bilhões. O Brasil vive hoje um novo ciclo de expansão da infraestrutura de transportes", destacou Santoro.

Em março, a pasta realizou o primeiro leilão do ano, referente ao trecho de 735 quilômetros da BR-116/MG, entre Montes Claros e Governador Valadares. O próximo certame será o da Rota dos Sertões, marcado para 28 de maio, na B3, em São Paulo. O projeto contempla o trecho entre Feira de Santana (BA) e Salgueiro (PE), nas BR-116 e BR-324.

No setor ferroviário, o Ministério dos Transportes também tem ampliado as oportunidades de investimento e estruturado novos projetos para expansão da malha nacional. Em novembro de 2025, a pasta lançou a Política Nacional de Concessões Ferroviárias, voltada à modernização e à ampliação da participação das ferrovias na matriz logística brasileira.

A iniciativa prevê com oito projetos ferroviários, que somam mais de 9 mil quilômetros de extensão e potencial de cerca de R\$ 160 bilhões em investimentos.

"Estamos com a maior carteira de ferrovias colocada em concessão no mundo. Já temos quatro projetos no Tribunal de Contas da União e mais quatro para encaminhar. É uma mudança muito grande e que requer investimentos internacionais e parcerias com empresas do mundo inteiro", concluiu o ministro dos Transportes, George Santoro.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 25/05/2026*



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – CELERIDADE E RIGOR NA RENOVAÇÃO DA CONCESSÃO DA MAIOR MALHA FERROVIÁRIA DO BRASIL

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A conclusão da proposta para a renovação antecipada da concessão da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), pelo Ministério dos Transportes, coloca o Brasil diante de uma escolha decisiva para o futuro de sua logística. Definindo o destino de uma malha com mais de 7,2 mil quilômetros de extensão cruzando o coração produtivo do País, o novo contrato com a concessionária VLI prevê investimentos



de R\$ 27,6 bilhões ao longo dos próximos 30 anos. No entanto, o avanço do texto para a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e para o Tribunal de Contas da União (TCU) ocorre sob uma severa pressão de calendário, dado que o vínculo atual vence no dia 27 de agosto. Diante desse cenário, o Estado brasileiro precisa agir com extrema agilidade para evitar a paralisia do setor, mas sem ceder à pressa cega, garantindo um escrutínio rigoroso de cada cláusula para que o interesse público e os investimentos no modal sejam plenamente assegurados.

Defender a celeridade desse processo é uma questão de sobrevivência econômica. Deixar a concessão da maior malha ferroviária do País exposta à insegurança jurídica de aditivos temporários afasta investidores e, ainda, congela o planejamento de longo prazo de cadeias produtivas inteiras que dependem dos trilhos para escoar safras e insumos industriais. Contudo, essa urgência não pode servir de pretexto para o afrouxamento da análise técnica. A complexidade da proposta — que envolve a devolução de mais de 3,1 mil quilômetros de trechos inativos ou deficitários em sete unidades da federação — exige que os órgãos de regulação e controle passem um pente fino nas obrigações financeiras e operacionais da concessionária antes da assinatura final.

O ponto central que exige atenção milimétrica das autoridades é a destinação dos R\$ 4,2 bilhões previstos como indenização pela devolução desses ativos. Esse montante não pode sumir nos cofres gerais da União; ele precisa ser carimbado e revertido diretamente em novas políticas públicas para o modal ferroviário. O Ministério dos Transportes e a ANTT devem garantir que esses recursos alimentem o caixa do Governo para investimentos estatais em ferrovias de interesse social ou na viabilização de novos corredores por meio do regime de autorizações simplificadas. Da mesma forma, as obrigações da VLI de injetar R\$ 23,4 bilhões na modernização da via permanente, no acesso ao Porto de Santos (SP) e na mitigação de conflitos urbanos em 46 municípios devem possuir metas anuais claras e penalidades severas em caso de descumprimento.

O redesenho da FCA em 2026 é a grande oportunidade para corrigir os erros das privatizações da década de 1990, que priorizaram o lucro imediato em detrimento da integração do território nacional. Exigir regras rígidas de interoperabilidade para permitir que outros operadores compartilhem os trilhos e, também, garantir a reserva de espaço para trens de passageiros são avanços históricos que não podem ser diluídos em negociações apressadas. O Governo Federal tem o dever de conduzir esse desfecho com rapidez para não travar o País, mas mantendo a firmeza técnica necessária para assegurar que cada centavo negociado se transforme em trilhos modernos, conectividade regional e desenvolvimento sustentável para a infraestrutura brasileira.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/05/2026

INSIGHT – LOGÍSTICA - AMAZÔNIA SECA, PORTOS PRESSIONADOS E CADEIAS INTERROMPIDAS: O BRASIL DIANTE DO NOVO EL NIÑO

Eventos hidrológicos extremos deixam de ser exceção e passam a fazer parte do planejamento operacional da navegação brasileira

O debate climático no Brasil costuma oscilar entre dois extremos igualmente improdutivos. De um lado, previsões alarmistas que ganham manchetes por alguns dias. De outro, uma espécie de fatalismo segundo o qual eventos extremos seriam inevitáveis e, portanto, restaria apenas reagir quando eles acontecessem. O possível retorno de um El Niño forte nos próximos meses expõe novamente essa característica brasileira de administrar desastres como se fossem surpresas.

Os modelos climáticos internacionais já indicam probabilidade elevada de formação de um novo episódio do fenômeno ainda neste ano. A intensidade final permanece incerta, mas a simples possibilidade de um evento relevante deveria bastar para mobilizar operadores logísticos, armadores, autoridades portuárias e governos. Não é exatamente isso que se observa.

O Brasil depende profundamente do clima para manter sua infraestrutura funcionando. O agronegócio depende das chuvas. Grandes bancos estão expostos ao agronegócio. O setor elétrico depende dos



reservatórios. A logística depende da navegabilidade dos rios, da estabilidade das rodovias e da operação contínua dos portos. Ainda assim, a preparação para eventos extremos continua lenta, fragmentada e quase sempre reativa.

No setor de navegação, a vulnerabilidade brasileira talvez esteja mais exposta na Amazônia. Nos episódios recentes de seca extrema, a redução do nível dos rios comprometeu severamente a navegação de cabotagem destinada ao abastecimento de Manaus (AM). Navios passaram a operar com forte restrição de calado, reduzindo carga transportada e elevando custos logísticos em toda a cadeia.

Em diversos momentos, embarcações deixaram de conseguir alcançar diretamente os terminais da capital amazonense. Operadores portuários precisaram improvisar soluções emergenciais, incluindo a transferência de estruturas flutuantes para Itacoatiara (AM), transformada temporariamente em ponto avançado de transbordo. Parte relevante das cargas passou então a ser descarregada antes de Manaus e redistribuída por embarcações menores.

A tendência é que isso volte a ocorrer neste ano, caso o novo El Niño se confirme com maior intensidade. A diferença é que a duração do fenômeno pode ser mais longa e o volume de carga movimentada em Itacoatiara e transferida para Manaus pode crescer significativamente, ampliando a pressão sobre terminais, operadores portuários e armadores.

Outra diferença pode ser o agravamento do assoreamento em outros pontos do rio, a jusante de Itacoatiara. O leito do Amazonas é vivo e dinâmico, e uma seca mais severa, combinada à falta de batimetrias e dragagens preventivas, pode tornar esse cenário bastante plausível.

O impacto vai muito além da região Norte. A Zona Franca de Manaus depende diretamente dessa cadeia logística para abastecimento industrial e distribuição de produtos ao restante do País. Qualquer interrupção prolongada nos corredores fluviais transforma rapidamente um problema climático regional em um problema econômico nacional.

O agravante é que essas soluções continuam sendo tratadas como respostas emergenciais, e não como parte de um planejamento permanente de contingência logística. A seca amazônica dos últimos anos deveria ter acelerado investimentos em dragagem permanente, monitoramento hidrológico preditivo, ampliação de estruturas de transbordo e integração operacional entre portos, armadores e autoridades públicas. Nada disso evoluiu na velocidade exigida pelo novo padrão climático.

O País discute expansão portuária, aumento de capacidade e novos terminais, mas fala pouco sobre resiliência operacional. Eventos climáticos extremos não afetam apenas cidades ou lavouras. Eles interrompem cadeias logísticas inteiras. Rodovias podem ser bloqueadas por enchentes. Hidrovias podem se tornar parcialmente inoperáveis. Portos passam a operar sob restrições cada vez maiores.

A cabotagem brasileira, já operando com margens bastante pressionadas e frequentemente apresentada como alternativa estratégica para ampliar eficiência logística e reduzir a dependência rodoviária, também se torna vulnerável quando a principal ligação fluvial da Amazônia entra em colapso operacional. Isso expõe uma contradição importante. O País aposta na expansão logística sem avançar na mesma velocidade em infraestrutura resiliente a eventos climáticos extremos.

Existe ainda um aspecto financeiro pouco discutido. Interrupções prolongadas elevam custos operacionais, reduzem previsibilidade, pressionam contratos logísticos e aumentam riscos para operadores, terminais e embarcadores. Em um ambiente global cada vez mais sensível à eficiência e à confiabilidade das cadeias de suprimento, eventos recorrentes desse tipo afetam a competitividade.

Talvez o aspecto mais preocupante seja a persistência de uma cultura administrativa baseada em resposta emergencial. O Brasil desenvolveu razoável capacidade de reação após tragédias. O que continua faltando é capacidade de antecipação.

Tecnologia para isso existe. Modelos preditivos, monitoramento em tempo real, integração de dados hidrológicos e planejamento logístico preventivo poderiam reduzir significativamente os impactos operacionais das secas extremas. O problema não é apenas tecnológico. É também institucional.

Falta coordenação entre governos, autoridades portuárias e operadores privados. Falta transformar prevenção em prioridade antes da crise. Obras preventivas raramente recebem a mesma atenção política das medidas emergenciais tomadas quando a operação já entrou em colapso.

Um novo El Niño forte talvez não confirme os cenários mais alarmistas. Mas a questão central não deveria ser essa. O ponto relevante é que eventos climáticos extremos deixaram de ser exceções estatísticas raras e passaram a integrar, de forma crescente, a equação operacional da logística brasileira.

O fenômeno climático pode ser inevitável. O tamanho do impacto sobre portos, navegação e cadeias logísticas não é e, com certeza, poderia ser minimizado.

Valter Branco escreve semanalmente para o BE News, com seus textos publicados às segundas-feiras.

O BRASIL DESENVOLVEU RAZOÁVEL CAPACIDADE DE REAÇÃO APÓS TRAGÉDIAS. O QUE CONTINUA FALTANDO É CAPACIDADE DE ANTECIPAÇÃO. (...) FALTA COORDENAÇÃO ENTRE GOVERNOS, AUTORIDADES PORTUÁRIAS E OPERADORES PRIVADOS. FALTA TRANSFORMAR PREVENÇÃO EM PRIORIDADE ANTES DA CRISE.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 25/05/2026

POLÍTICA - FLÁVIO: 88% AINDA DEFENDEM SUA CANDIDATURA

Pesquisa mostra que maioria dos eleitores do senador não liga para envolvimento dele com Vorcaro. Já a avaliação de Lula melhora

Por Estadão Conteúdo



Ainda segundo a pesquisa Datafolha, 53% dos eleitores de Flávio Bolsonaro acham que ele agiu bem ao pedir dinheiro a Vorcaro

Pesquisa Datafolha realizada entre os dias 20 e 21 de maio aponta que 88% dos eleitores que declaram voto no senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) defendem que ele deve seguir na disputa à Presidência mesmo após as revelações da ligação dele com o ex-banqueiro Daniel Vorcaro, preso

por causa do escândalo do caso Master.

O levantamento mostra que 10% dos eleitores de Flávio querem que ele desista da candidatura, enquanto 2% não sabem. A pesquisa ouviu 2.004 entrevistados em 139 cidades. A margem de erro do levantamento, registrado na Justiça Eleitoral sob o código BR-07489/2026, é de dois pontos para mais ou menos.

Nesta rodada, o Datafolha mostra que houve impacto na intenção de voto de Flávio: na simulação de primeiro turno, a intenção de voto caiu de 35% para 31%, e na de segundo, oscilou de 45% para 43%. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva passou de 38% para 40% no primeiro turno e de 45% a 47% no segundo.

No eleitorado total, 64% tomaram conhecimento das conversas entre Flávio Bolsonaro e Daniel Vorcaro. Este recorte é maior entre quem declara voto no filho do ex-presidente Jair Bolsonaro: 72%.



Para 54% dos eleitores do senador, a relação dele com Vorcaro é próxima, mas 73% dizem que ele segue tendo sua confiança. Para 53%, o senador agiu bem ao pedir dinheiro ao ex-banqueiro.

Considerando também o eleitorado em geral, 48% dizem que Flávio deve abrir mão da candidatura e apoiar outro candidato, enquanto 44% defendem que ele deve se manter na disputa.

Na hipótese de o senador deixar a corrida eleitoral, a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL-DF) aparece como o nome favorito para sucedê-lo na urna. Entre os eleitores de Flávio, 60% a têm como primeira alternativa. O número cai a 39% entre todos os entrevistados.

Lula melhora

A pesquisa Datafolha também mostra uma melhora gradual na avaliação do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O percentual dos que veem a gestão como ruim ou péssima passou de 39% na semana passada para 38% nesta. Em abril, esse índice estava em 40%.

Já os que acreditam que o governo é ótimo ou bom somam 32% neste levantamento, depois de 30% na pesquisa da semana anterior e 29% em abril.

A diferença entre avaliação negativa e positiva vem diminuindo: era de 11 pontos no levantamento de abril (40% contra 29%), caiu para 9 pontos na semana passada (39% a 30%) e recuou a 6 pontos no sábado (38% a 32%).

O levantamento aponta ainda que a aprovação ao trabalho pessoal de Lula também sugere um cenário de melhora. Os que desaprovavam Lula eram 51% nas duas pesquisas anteriores, enquanto os que aprovavam eram 45%. Agora, tanto aprovação quanto desaprovação somam 48%.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/05/2026

NACIONAL - HUB – CURTAS - NOVO PLANO NACIONAL DE LOGÍSTICA PRIORIZARÁ INTEGRAÇÃO ENTRE RODOVIAS, FERROVIAS E PORTOS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

A NOVA ESTRATÉGIA

O futuro Plano Nacional de Logística (PNL), a ser lançado no próximo mês, mostrará uma mudança na estratégia do Governo Federal para desenvolver o setor de transportes. O foco do Planalto não será mais trabalhar com concessões isoladas, mas explorar rodovias, ferrovias, hidrovias e portos que atuem de forma integrada a corredores de importação e exportação. A novidade foi destacada pelo ministro dos Transportes, George Santoro, no último sábado, durante sua participação no Fórum Esfera Brasil 2026, em Guarujá (SP).

ROTAS DA PRODUÇÃO

Segundo Santoro, o novo PNL também irá acompanhar a mudança geográfica da produção brasileira, que se deslocou massivamente em direção ao Centro-Oeste e ao Norte do País.

FRETE MAIS BARATO

O objetivo financeiro e operacional do futuro plano estipulado pelo ministro é agressivo e mexe diretamente com o bolso do exportador: fazer com que o custo do frete para levar a carga do interior produtor (como Sinop, em Mato Grosso) até os terminais de escoamento seja menor do que o custo do frete marítimo entre o Porto de Santos e o Porto de Xangai, na China. Para alcançar essa eficiência, as novas concessões de rodovias e ferrovias estão sendo desenhadas de forma amarrada aos complexos portuários, combatendo o histórico gargalo de filas, atrasos e custos de transbordo ineficientes.

PADRONIZAÇÃO

George Santoro também destacou o avanço na velocidade das entregas de infraestrutura. Segundo ele, essa maior agilidade é fruto de uma profunda reformulação burocrática interna na Esplanada.

Entre as ações adotadas, está a padronização regulatória – que consegue reduzir o ciclo de maturação de um projeto (do estudo inicial ao leilão) de sete anos para apenas dois anos e meio, com a meta de bater a marca de dois anos. Essa padronização acelerou as análises e reduziu o tempo de tramitação em órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU).

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 25/05/2026

POLÍTICA – BOLSONARISMO NUNCA TEVE PROPOSTA PARA O BRASIL, DIZ RENAN SANTOS

Pré-candidato à presidência afirma que Jair Bolsonaro é “um completo idiota” e que Flávio é um “escroque”

Do Estadão Conteúdo



Pré-candidato pelo Missão, Renan Santos ainda disse que Romeu Zema (Novo) e Ronaldo Caiado (PSD) optaram por seguir “na sombra” de Bolsonaro

O pré-candidato à Presidência pelo Missão, Renan Santos, criticou o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e seu filho, também pré-candidato ao Palácio do Planalto, Flávio Bolsonaro (PL-RJ) durante painel do Fórum Esfera 2026, em Guarujá (SP), no sábado. Renan participou do evento ao lado do ex-ministro Aldo Rebelo (DC).

Pré-candidato à presidência afirma que Jair Bolsonaro é “um completo idiota” e que Flávio é um “escroque” Bolsonaro nunca teve proposta para o Brasil, diz Renan Santos quanto de alunos. A declaração foi feita a jornalistas após encontro com estudantes e docentes do Instituto Federal de Araraquara na última sexta-feira.

O líder partidário disse que “não há nada mais democrático do que o fenômeno do bolsonarismo” no Brasil. Na sua visão, o movimento não teria surgido de cima para baixo, mas de forma espontânea, com pouca estrutura financeira, em resposta a uma demanda reprimida da sociedade civil que, segundo ele, era ignorada pelas elites. Ressaltou, contudo, que o sistema político brasileiro “está longe” de ser plenamente democrático.

“O que há no surgimento da direita é uma crise de liderança. A liderança de direita brasileira, que é o Jair Bolsonaro, era um completo idiota”, disse Renan. “O projeto do bolsonarismo nunca teve proposta para o Brasil.”

O pré-candidato afirmou ainda que Flávio sempre foi, em seus termos, um “escroque” (vigarista, golpista), e disse que o grupo político ligado a ele não pode chegar à Presidência da República. Também criticou o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que, segundo ele, coloca em risco o futuro do País.

Além disso, Renan disse que os pré-candidatos Romeu Zema (Novo) e Ronaldo Caiado (PSD) optaram por seguir “na sombra” de Bolsonaro, classificando essa postura como parte de um jogo político. Ele busca se diferenciar do grupo. Em coletiva de imprensa após o painel, Renan fez mais críticas ao bolsonarismo.

Ele disse que a direita brasileira errou ao ser “leniente e condescendente” não apenas com as falhas de Bolsonaro, mas também com crimes que atribuiu à família dele. Disse ainda que integrantes do PL e ex-membros de seu próprio movimento sabiam disso, mas se calavam para usufruir do lucro político.

“O derretimento do Flávio é natural. O bolsonarismo, com o Flávio, só estava se sustentando através da ideia de que ele era a única força capaz de vencer o PT”, afirmou ao comentar a divulgação do



áudio do filho de Jair ao dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, pedindo dinheiro para o filme “Dark Horse”. “O pai dele trazia, pelo menos, um ícone, um símbolo na cabeça das pessoas de que ele era um corajoso que enfrentava o sistema. O Flávio nem isso.”

Renan Santos registrou 3% das intenções de voto na mais recente pesquisa Datafolha, divulgada na sexta-feira, 23. Ele permanece atrás de Lula, Flávio e empatado tecnicamente com Caiado, Zema, Samara Martins (UP), Augusto Cury (Avante), Aldo Rebelo (DC), Cabo Daciolo (Mobiliza), Rui Costa Pimenta (PCO) e Hertz Dias (PSTU).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/05/2026

POLÍTICA - HADDAD APONTA RETROCESSO NA EDUCAÇÃO DE SP

Pré-candidato ao governo paulista vê queda de qualidade e de matrículas no ensino médio

Do Estadão Conteúdo

O ex-ministro da Fazenda e pré-candidato ao governo de São Paulo, Fernando Haddad (PT), disse que tem havido um “retrocesso marcante” na qualidade do ensino médio paulista, com queda nas matrículas e reclamações tanto de professores quanto de alunos. A declaração foi feita a jornalistas após encontro com estudantes e docentes do Instituto Federal de Araraquara na última sexta-feira.

“O retrocesso é marcante, queda de matrícula, queda de qualidade, reclamação do magistério, reclamação dos alunos. Vamos até junho apresentar um projeto de recuperação da rede estadual paulista”, disse Haddad.

Segundo ele, uma das propostas é utilizar os modelos adotados pelos Institutos Federais (IFs), que aliam ensino médio e técnico, nas escolas estaduais do Estado.

“Eu quero adotar o padrão do Instituto Federal na rede estadual. Para mim é uma condição muito importante utilizar o Centro Paula Souza, a rede de Etecs e Fatecs e utilizar o projeto pedagógico do Instituto Federal também na rede estadual”, afirmou.

O petista destacou que a criação dos Institutos Federais foi concebida “a muitas mãos” durante sua gestão no Ministério da Educação. Segundo Haddad, ao final do atual mandato do presidente Lula, o número de Institutos Federais no País deve chegar a 800, mas a meta é chegar a mil unidades em um futuro próximo, quadro que foi estabelecido quando da concepção dos IFs.

Haddad intensificou as críticas à gestão de Tarcísio de Freitas, sinalizando a antecipação do embate para a eleição estadual. Além da gestão na educação, o ex-ministro aponta falhas principalmente na condução econômica, direitos trabalhistas, segurança pública e desestatização.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/05/2026

POLÍTICA - LULA PEDE AO GOVERNADOR DO RIO QUE PRENDA LADRÕES E MILICIANOS

Presidente disse que Ricardo Couto contará com todo o apoio do governo federal. Ele aguarda aprovação da PEC da Segurança Pública

Da Agência Brasil

Lula falou com o governador do Rio durante a inauguração da nova sede do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde da Fiocruz

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu que o governador do Rio de Janeiro, Ricardo Couto, trabalhe para prender “ladrões e milicianos” que, segundo ele, comandaram o estado ao longo dos últimos anos.



“Ninguém está esperando que você faça um viaduto. Ninguém está esperando que você faça uma ponte. Ninguém está querendo que você faça uma praia artificial. Sabe o que essas pessoas esperam de você nesses meses? Trabalhe para prender todos os ladrões que governaram esse estado. E deputados que fazem parte de uma milícia organizada.”

“Não é possível o Rio de Janeiro, o estado mais conhecido no mundo, a cidade mais famosa no mundo, a gente ouvir nos jornais que o crime organizado tomou conta do território, que as facções tomaram conta do território”, completou, durante a inauguração da nova sede do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Rio de Janeiro, no sábado.

No evento, Lula garantiu que Couto contará com todo o apoio do governo federal e voltou a dizer que aguarda apenas que o Senado aprove a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/25, conhecida como PEC da Segurança Pública e já aprovada pelo plenário da Câmara dos Deputados, para criar o Ministério da Segurança Pública.

“Para a gente poder enfrentar [questões envolvendo segurança pública], de fato, tem que definir qual é o papel da União. Pela Constituição de 88, a União não tem muito papel na segurança”, destacou. “Muitas vezes, o governador fica refém da polícia. E aí, não se liberta mais”, completou o presidente. “Aproveite esses seis meses que você tem. Ou 10 meses.

Aproveite. Faça o que muita gente não fez em 10 anos nesse estado. Ajude a consertar esse estado. Pode ficar certo que é isso que o povo do Rio de Janeiro espera de você. Não é possível esse estado poderoso, bonito, ser governado por miliciano. O povo do Rio não merece isso”, concluiu Lula, se dirigindo a Couto.

Entenda

Em abril, o ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu manter o presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), Ricardo Couto, na função de governador interino do Rio de Janeiro.

Na decisão, Zanin entendeu que Couto deve continuar no cargo até que a Corte decida sobre as eleições para mandato-tampão do Executivo estadual.

Ricardo Couto, desembargador, assumiu o cargo de governador interino após uma crise na linha sucessória estadual provocada pela renúncia do titular Cláudio Castro (posteriormente tornado inelegível pela Justiça).

O vice-governador Thiago Pampolha havia deixado o cargo para se tornar conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. E o presidente da Assembleia Legislativa, que deveria ser o próximo a assumir o cargo de governador, estava afastado por decisão da Justiça.

Diante de todo esse imbróglio, o comando foi repassado ao chefe do Poder Judiciário do Estado, o presidente do TJ-RJ, Ricardo Couto.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/05/2026

POLÍTICA - CANDIDATO AO SENADO POR SP SAI ATÉ JUNHO

Marina Silva (Rede) e Márcio França (PSB) disputam segunda vaga no campo progressista
Do Estadão Conteúdo

A pré-candidata ao Senado por São Paulo e ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (Rede), afirmou que o campo progressista faz “um esforço” para definir a composição da chapa ao Senado no Estado. Marina disputa a indicação para a segunda vaga com o ex-ministro do Empreendedorismo Márcio França (PSB).

A indefinição tem provocado desgaste entre partidos da base da pré-campanha do ex-ministro da Fazenda Fernando Haddad (PT) ao Palácio dos Bandeirantes. O próprio petista admitiu incômodo com a demora, em coletiva na quinta-feira, 21, em Osasco (SP). “Gostaria que já estivesse resolvido”, disse.

Após participar de painel no Fórum Esfera 2026, no Guarujá (SP), Marina disse na sexta-feira que a federação PSOL-Rede defende presença também na chapa majoritária e afirmou que as conversas “já avançaram muito”. Segundo ela, a expectativa é de definição até o fim deste mês ou, no máximo, no início de junho, prazo semelhante ao indicado por Haddad.

“Nós estamos fazendo um esforço pra concluir o trabalho”, disse Marina. “Estamos num processo ainda de discussão e esperamos que até o final desse mês, no máximo o início do mês que vem, a gente já tenha os encaminhamentos em relação à segunda vaga para o Senado.”

A ex-ministra afirmou ainda que defendeu muito o nome da ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB) Teresa Vendramini (PDT), a Teka, para o cargo de vice de Haddad, mas disse que ela optou por contribuir com o programa de governo, sobretudo na área de agricultura.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**
Data: 25/05/2026

TRANSPORTES - PORTOS - MINISTRO DIZ QUE EDITAL DO TECON SANTOS 10 PRECISA SAIR NOS PRÓXIMOS MESES

Projeto prevê ampliar em cerca de 50% a capacidade de movimentação de contêineres no Porto de Santos e receber R\$ 6,4 bilhões em aportes

Da Redação redacao.jornal@redebnews.com.br



O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, foi um dos participantes do Fórum Esfera – Diálogos para o crescimento da nação, realizado em Guarujá, no litoral paulista

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, afirmou no último sábado, dia 23, que o governo precisa publicar entre julho e agosto o edital do leilão do Tecon Santos 10 para viabilizar a realização da licitação ainda neste ano. O empreendimento, previsto para o Porto de Santos (SP), deverá receber R\$ 6,4 bilhões em investimentos e é tratado pelo governo

federal como o principal projeto de infraestrutura portuária em andamento no país.

“O nosso foco é realizar o leilão ainda este ano, e para isso precisamos publicar o edital entre julho e agosto”, declarou o ministro após participar do Fórum Esfera – Diálogos para o crescimento da nação, realizado em Guarujá, no litoral paulista.

Segundo Tomé Franca, o novo terminal deverá ampliar em cerca de 50% a capacidade de movimentação de contêineres no Porto de Santos. O ministro afirmou que o governo trabalha para destravar o projeto diante das discussões sobre o modelo de disputa.

As regras do leilão estão sendo reavaliadas pelo Ministério de Portos e Aeroportos e pela Casa Civil após divergências envolvendo a participação de empresas já instaladas no Porto de Santos e de grandes armadores internacionais. O Tribunal de Contas da União (TCU) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) defendem restrições para evitar concentração de mercado.

A proposta gerou reação judicial de grandes companhias de navegação, que alegam que as limitações reduzem a concorrência e comprometem o princípio do livre mercado.



A alternativa atualmente discutida pelo governo é permitir a participação de todos os grupos interessados no certame. Nesse modelo, empresas que já operam terminais de contêineres em Santos teriam de vender suas estruturas atuais antes de assumir o novo empreendimento.

Tomé Franca avaliou que os questionamentos sobre a modelagem são compatíveis com a dimensão do projeto e disse que as manifestações apresentadas pelos órgãos de controle possuem fundamentação técnica. “É natural que um projeto da dimensão do Tecon Santos 10 receba uma extensa discussão sobre a modelagem”, afirmou.

O ministro também destacou a carteira federal de concessões portuárias e disse que o governo prevê realizar mais 15 leilões até o fim deste ano. O cronograma sucede as concessões promovidas em fevereiro de três terminais localizados em Santana (AP), Natal (RN) e Porto Alegre (RS).

Entre os ativos previstos para os próximos meses estão áreas nos portos do Rio de Janeiro, São Sebastião (SP), Itajaí (SC) e Santos (SP). Além do Tecon Santos 10, o governo também trabalha na concessão da Hidrovia do Paraguai, apontada pelo ministro como a primeira iniciativa do tipo no setor hidroviário brasileiro.

Durante participação no painel “Como alavancar o desenvolvimento pelos portos e hidrovias”, Tomé Franca afirmou que o governo busca consolidar um ambiente de maior previsibilidade para investidores privados.

“O investidor não tem medo de risco, mas tem medo de insegurança jurídica. Ele quer entrar, mas sabendo qual é a regra do jogo. Ele quer jogar com a mesma regra até o fim do jogo”, declarou.

Segundo o ministro, a combinação entre estabilidade institucional e segurança regulatória é considerada essencial para ampliar os investimentos em infraestrutura e fortalecer a cadeia logística nacional.

Acordo Mercosul-UE

No mesmo evento, o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB), afirmou que o acordo entre Mercosul e União Europeia deverá abrir novas oportunidades comerciais para o Brasil. Segundo ele, o bloco sul-americano passou 15 anos sem fechar novos acordos internacionais.

“Esta parceria, a maior entre blocos do planeta, nos coloca em um mercado de US\$ 22 trilhões. De acordo com o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), as exportações brasileiras podem crescer 17% nos próximos 15 anos”, afirmou.

Dados dos ministérios de Portos e Aeroportos e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços indicam que os complexos portuários brasileiros respondem por aproximadamente 95% das exportações e importações do país.

*Fonte: **BÉ NEWS – BRASIL EXPORT***

Data: 25/05/2026

TRANSPORTES - HIDROVIAS - GOVERNO ANUNCIA QUASE R\$ 1 BI PARA TERMINAL HIDROVIÁRIO DE MANAUS

Secretaria Nacional de Hidrovias apresentou balanço de dois anos; investimento de R\$ 876 milhões no Manaus Moderna vai atender 3,9 milhões de amazonenses

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) apresentou na quinta-feira (21), em Brasília, o balanço do biênio da Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação (SNHN). Um dos principais anúncios foi o investimento de R\$ 876 milhões para a ampliação do Terminal Hidroviário de Manaus (AM), o Manaus Moderna, destinado a atender uma população estimada em 2,1 milhões de habitantes na capital e beneficiar os 3,9 milhões de moradores do Estado do Amazonas.



O ministro Tomé Franca defendeu que as hidrovias representam um caminho para redução do custo logístico, integração do desenvolvimento regional e preservação ambiental

A obra, que será anunciada oficialmente na semana que vem pelo presidente Lula, em Manaus, tem como objetivo implantar infraestrutura portuária adequada para operações de embarque e desembarque de passageiros da navegação interior.

O secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Otto Burlier, informou ainda a renovação de contrato de quase R\$ 600 milhões pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) para operação e manutenção de terminais fluviais no Norte do Brasil.

Burlier anunciou também uma parceria com a Universidade Federal do Pará para um diagnóstico do transporte de passageiros. Além disso, também citou sobre a publicação de um painel público com informações em tempo real sobre a situação dos principais rios do país.

O secretário destacou que 2025 registrou o maior volume de investimentos da história do setor. Para este ano, a previsão é de mais de R\$ 500 milhões aplicados. Burlier também apontou crescimento de mais de 12% no transporte de cargas pelas hidrovias entre 2024 e 2025.

Entre as ações em andamento, citou contratos de dragagem de médio prazo — entre três e cinco anos — já em vigor, e antecipação de medidas para o período de estiagem no segundo semestre, com participação da Marinha do Brasil, Dnit e outros órgãos.

Burlier anunciou ainda a conclusão do derrocamento de Nova Avanhandava, no Rio Tietê (SP), e o início previsto para o derrocamento do Pedral do Lourenço, no Rio Tocantins (PA) no segundo semestre.

Prioridade

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, afirmou que o setor passou a ocupar posição central na agenda do governo federal.

“Nesses dois anos, nós fizemos mais em hidrovias do que foi feito em todo o tempo da história do Brasil. Isso é um motivo de reconhecimento da priorização que foi dada a essa pauta do governo do presidente Lula”, disse o ministro.

Franca defendeu que as hidrovias representam um caminho para três objetivos simultâneos: redução do custo logístico, integração do desenvolvimento regional e preservação ambiental. “As regiões do Nordeste, do Norte, da Amazônia precisam das hidrovias para o seu desenvolvimento”, afirmou.

Eixo estruturante

O diretor-geral da Antaq, Frederico Dias, e o CEO do MoveInfra, Ronei Glanzmann, reforçaram a perspectiva de concessão das hidrovias como eixo estruturante para o setor.

Ainda estiveram presentes o diretor de Relações Institucionais da Confederação Nacional do Transporte (CNT), o diretor de Infraestrutura Aquaviária do Dnit, Edme Tavares, e o Almirante de Esquadra da Marinha do Brasil, Silvio Luís.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/05/2026

TRANSPORTES - NAVEGAÇÃO - AVANÇAM ESTUDOS PARA CRIAR TRANSPORTE AQUAVIÁRIO EM MARICÁ

Visitas técnicas com apoio da Prefeitura e da Codemar avaliam viabilidade do projeto que promete integrar bairros, impulsionar turismo e valorizar tradição

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) realizou visitas técnicas ao Sistema Lagunar de Maricá, no Rio de Janeiro, como parte dos estudos de viabilidade para a implantação de um sistema de transporte aquaviário no município. A agenda ocorreu no dia 13 de maio e contou com apoio da Prefeitura de Maricá, por meio da Companhia de Desenvolvimento de Maricá (Codemar) e da Secretaria de Pesca.

A atividade foi acompanhada pelo coordenador-geral de Operações Aquaviárias do DNIT, Marco Aurélio Correia de Souza, e pelo chefe do Serviço de Engenharia Aquaviária do órgão no Rio de Janeiro, Mauro Medeiros, além de equipes técnicas envolvidas no estudo.

Segundo Medeiros, o processo inclui a escuta de comunidades locais, especialmente pescadores e moradores ribeirinhos, para subsidiar o planejamento das rotas aquaviárias. Ele afirmou ainda que os estudos estão em fase avançada.

Técnicos envolvidos também destacaram a necessidade de considerar as áreas de atividade pesqueira e o impacto sobre as comunidades tradicionais na definição do projeto.

O subsecretário de Pesca, Dario Marins, acompanhou a visita e ressaltou a importância da participação dos trabalhadores da pesca no processo de elaboração do sistema.

As ações integram os estudos para implantação de um sistema municipal de transporte aquaviário de passageiros e cargas no sistema lagunar de Maricá, com foco na integração entre bairros e na melhoria da mobilidade urbana por meio das vias aquáticas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/05/2026

TRANSPORTES - RODOVIAS - FRETE RODOVIÁRIO SOBE 8,39% EM ABRIL COM PRESSÃO DO DIESEL E NOVA TABELA DA ANTT

Alta do combustível, atualização dos pisos mínimos de frete e demanda aquecida da indústria e do agronegócio elevaram o valor médio por quilômetro rodado para R\$ 8,66

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



A atualização dos coeficientes de cálculo dos pisos mínimos de frete da ANTT, que entrou em vigor na metade de março, refletiu de forma integral no chamado “mês cheio” de abril

O preço médio do frete por quilômetro rodado fechou em R\$ 8,66 em abril, frente aos R\$ 7,99 registrados no mês anterior, um aumento de 8,39%. Os dados são do Índice de Frete Rodoviário da Edenred (IFR), com base em dados da plataforma Repom.

Um dos principais fatores por trás da elevação no período foi a contínua pressão sobre o preço do diesel, reflexo direto das tensões geopolíticas no Oriente Médio sobre a cadeia de abastecimento de petróleo.

De acordo com o IFR, além da pressão dos combustíveis, o repasse de custos foi impulsionado pelo impacto regulatório. A atualização dos coeficientes de cálculo dos pisos mínimos de frete da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que entrou em vigor na metade de março, refletiu de forma integral no “mês cheio” de abril, pressionando a média de preços da tabela para cima.

Do lado da demanda, a forte atividade econômica em setores-chave garantiu a sustentação e absorção desses repasses no valor do frete. O agronegócio brasileiro ampliou a capilaridade, exportando 29 produtos diferentes para nove países, segundo o Ministério da Agricultura.

Paralelamente, o aquecimento também transpareceu na indústria nacional: o Índice de Gerentes de Compras (PMI), da S&P Global, saltou de 49,0 em março para 52,6 em abril, o nível mais alto em 14 meses. Esse cenário combinado manteve a demanda por transporte rodoviário de cargas aquecido.

De acordo como o diretor de Unidades de Negócio na Edenred Mobilidade, Vinícios Fernandes, o avanço expressivo do frete em abril é a culminação de fatores estruturais e conjunturais. De um lado, o impacto direto das tensões internacionais sobre o petróleo e o repasse integral do novo piso da ANTT.

“Por outro, temos um cenário em que a indústria atinge o maior nível em 14 meses e o agronegócio diversifica suas exportações, trazendo forte dinamismo à economia brasileira e absorvendo essa elevação de custos logísticos. Para maio, o mercado deve observar de perto os desdobramentos geopolíticos e possíveis acordos de paz podem aliviar a pressão sobre os combustíveis”, analisou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/05/2026

TRANSPORTES - RODOVIAS - CONCESSÃO DA ROTA DAS GERAIS É HOMOLOGADA COM DESCONTO DE 19%

Projeto da Rota das Gerais prevê modernização de 734,9 km de rodovias no norte de Minas, R\$ 13 bilhões em investimentos

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Segundo a ANTT, a concessão prevê a implantação de serviços permanentes de atendimento ao usuário, incluindo ambulâncias, guinchos e equipes de inspeção de tráfego

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) homologou, nesta quinta-feira (21), o resultado do leilão de concessão do sistema rodoviário da BR-116/251/MG, conhecido como Rota das Gerais. A vencedora do certame foi a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., após

apresentar desconto de 19% sobre a Tarifa Básica de Pedágio. A decisão foi aprovada durante a Reunião de Diretoria Colegiada nº 1.033.

A homologação antecede a assinatura do contrato e prevê a modernização de 734,9 quilômetros das rodovias BR-116 e BR-251, no norte de Minas Gerais. Os trechos ligam importantes polos de produção e distribuição de cargas e são utilizados diariamente por motoristas e transportadores.

Segundo a ANTT, a concessão prevê a implantação de serviços permanentes de atendimento ao usuário, incluindo ambulâncias, guinchos e equipes de inspeção de tráfego. A agência também ficará responsável pela fiscalização das obras e dos serviços previstos no Edital nº 05/2025.

O modelo de concessão estabelece que a cobrança de pedágio só poderá ser iniciada após a execução das melhorias iniciais previstas no Plano de 100 Dias, como recuperação do pavimento e

reforço da sinalização. O contrato também prevê a atuação de um verificador independente para acompanhar as etapas de recuperação e manutenção da rodovia.

Entre as medidas previstas estão desconto de 5% para pagamentos com TAG, desconto para usuários frequentes e isenção de tarifa para motociclistas.

Com prazo de 30 anos, o contrato prevê mais de R\$ 13 bilhões em investimentos. As obras incluem 186 quilômetros de duplicações e 160 quilômetros de faixas adicionais, com execução prevista entre o terceiro e o décimo ano da concessão.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 25/05/2026

TRANSPORTES – OPINIÃO – PLANEJAMENTO - BARREIRAS-BRÁSILIA OU BARREIRAS-SALVADOR?



WALDECK ORNÉLAS

Especialista em planejamento urbano-regional.

Autor de Cidades e Municípios: gestão e planejamento

opinio@portalbenews.com.br

Uma movimentação de prefeitos goianos chama a atenção para o atentado que está sendo urdido contra a economia baiana. Trata-se da duplicação da BR-020 no trecho Brasília-Barreiras.

Em audiência realizada com o ministro dos Transportes no último dia 13 do corrente mês de maio, diversos prefeitos goianos, entre eles os de Planaltina de Goiás, Alvorada do Norte, Colina do Sul, Guarani de Goiás, acompanhados por um senador daquele estado, foram reivindicar a antecipação, para março de 2027, do edital de concessão da BR-020, originalmente previsto para o mês de agosto do mesmo ano. Curioso é que a reunião contou com a adesão de um parlamentar baiano.

A concessão é da BR-020. Em uma extremidade, o trecho Brasília-Formosa (GO) – que já é duplicado – está incorporado à concessão, para viabilizá-la. Na outra extremidade, com o mesmo objetivo, será incluído o trecho Luís Eduardo Magalhães-Barreiras, já na BR-242, “porque o movimento entre Luís Eduardo e Barreiras é muito grande. São regiões de alta produção agrícola”, declara o deputado goiano José Nelto. Ou seja, a elevada densidade de tráfego entre Luiz Eduardo Magalhães e Barreiras, trecho da BR-242, cuja duplicação já está no PAC, está sendo incluída na concessão da BR-020 para viabilizar o sequestro da economia baiana.

É o que assinala, com todas as letras, o deputado goiano: “toda a riqueza do Oeste Baiano vem para Goiás para seguir até o Porto de Santos”. Em contrapartida promete: “também vai trazer tranquilidade para os goianos e brasileiros que viajam para as praias da Bahia”. O estelionato está claro.

O fundamento é que está errado. O caminho da soja já está traçado: em 2025, nada menos que 6,9 milhões de toneladas escoaram pelo Porto Cotegipe, que está pronto para escoar até 10 a 12 milhões de toneladas/ano. O caminho do algodão está sendo construído: cerca de 20% da produção baiana – a segunda maior do país – já saiu, em 2025, pelo Tecon-Salvador, estimando-se que nos próximos dois anos este número alcance os 80%. O que falta é rodovia, e ela se chama BR-242!

Os estudos técnicos e econômicos para concessão da BR-242 até Rafael Jambeiro (onde se dá o entroncamento com a BR-116) já foram realizados, mas, surpreendentemente, teriam concluído pela inviabilidade da concessão. Parece que agora está explicado: é que o trecho Luís Eduardo Magalhães-Barreiras conta para a concessão de lá, não a concessão de cá. Um absurdo!

Ainda e mesmo que não seja esta a causa do não fechamento das contas, é preciso considerar que a BR-242 é uma rodovia economicamente estratégica – por fazer a ligação do Oeste baiano com os portos do litoral – e, portanto, prioritária para fins de modernização. Se mediante concessão ou execução direta é irrelevante. Afinal, a concessão é apenas um instrumento de parceria utilizado pelo



Poder Público para realizar aquilo que ele não está tendo braços para executar, e pode ser patrocinada.

A falta de planejamento causa inversão de prioridades. E, diferente da matemática, no desenvolvimento territorial a ordem dos fatores altera o produto.

A Bahia parece estar se tornando vítima contumaz. Senão vejamos: a BR-116 Norte, até Salgueiro (PE), está sendo leiloada agora em maio, antes da BR-116 Sul e seu importante complemento – a BR-324, trecho Feira de Santana-Salvador – previsto apenas para novembro, além de ser uma solução que pretere o importante polo de agricultura irrigada de Juazeiro-Petrolina (PE), dos principais produtores e exportadores de frutas do país!

Agora, com a concessão da BR-020, de Brasília a Barreiras, antes da modernização da BR-242, de Luís Eduardo Magalhães a Rafael Jambeiro – que sequer está programada –, o que está em jogo é a própria integridade territorial e o futuro da economia baiana.

A Bahia tem perdido influência sobre parcelas do seu território. É o caso do Extremo Sul, para o Espírito Santo, e da região de Juazeiro, ao Norte, para Pernambuco. O Oeste baiano sempre foi uma região distante, precisando de ações integradoras. Mas o que se anuncia é exatamente o contrário. E sem bases econômicas.

A Bahia precisa reaprender a mobilizar-se para defender os seus interesses. O que se vê, no presente, é que qualquer meia dúzia de prefeitos de Goiás é capaz de fazer mais por seu estado do que 42 parlamentares federais com que a Bahia conta. Sem falar na proclamada parceria Bahia-Brasil.

Ainda recentemente, quando se tornou necessário, toda a bancada federal e o governo do estado de Pernambuco juntaram-se para arrancar do governo federal o compromisso de que uma ferrovia ligaria Salgueiro ao Porto de Suape.

A Bahia precisa exigir que a modernização da BR-242, no trecho Luís Eduardo Magalhães-Entroncamento com a BR-116, seja imediatamente incluída no programa de concessões do governo federal, se é que a União não tem recursos para executá-la diretamente. No Ceará, a duplicação da BR-116 está sendo bancada com recursos próprios do governo federal, mediante a alocação de R\$ 710 milhões, pelo PAC. Mexam-se, senhores!

A BR-242 é prioritária e urgente!

Waldeck Ornélas é especialista em planejamento urbano-regional. Autor de "Bahia Urgências do Presente".

A BAHIA PRECISA REAPRENDER A MOBILIZAR-SE PARA DEFENDER OS SEUS INTERESSES. O QUE SE VÊ, NO PRESENTE, É QUE QUALQUER MEIA DÚZIA DE PREFEITOS DE GOIÁS É CAPAZ DE FAZER MAIS POR SEU ESTADO DO QUE 42 PARLAMENTARES FEDERAIS COM QUE A BAHIA CONTA

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/05/2026

TRANSPORTES - FERROVIAS - GOVERNO FECHA ACORDO, MAS FCA TERÁ MALHA REDUZIDA EM 3,1 MIL

Proposta prevê R\$ 27,6 bilhões em investimentos, devolução de trechos inativos e envio ao TCU antes do fim do contrato atual

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

O Ministério dos Transportes (MT) concluiu a proposta para a renovação antecipada da concessão da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), a maior malha ferroviária do país, com extensão atual de 7.220 quilômetros. O texto foi encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que deverá submeter a minuta ao Tribunal de Contas da União (TCU) nos próximos dias. A aprovação da Corte é necessária para a formalização do novo contrato.



Entre os trechos da Ferrovia Centro-Atlântica a serem devolvidos estão segmentos em Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, Sergipe e Distrito Federal

A tramitação ocorre em meio à pressão de prazo, já que a concessão vigente, assinada há 30 anos, vence em 27 de agosto. Caso não haja aval até essa data, o governo poderá adotar um aditivo temporário para viabilizar a continuidade das negociações. Ainda assim, a expectativa do Ministério é concluir o processo dentro do prazo.

O acordo foi estruturado em conjunto com a VLI, concessionária controlada por Vale, Brookfield, Mitsui e BNDESPar. A proposta prevê a redução da malha operada pela empresa de 7.220 km para 4.110 km, com a devolução de 3.110 km de trechos considerados inativos ou economicamente inviáveis.

O novo contrato estima investimentos de R\$ 27,6 bilhões ao longo de 30 anos. Desse total, R\$ 23,4 bilhões virão da operação da própria ferrovia, enquanto R\$ 4,2 bilhões correspondem a indenizações relacionadas à devolução de ativos. Os recursos deverão ser reinvestidos na modernização e recuperação da infraestrutura ferroviária.

Trechos devolvidos

Entre os trechos a serem devolvidos estão segmentos históricos em Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, Sergipe e Distrito Federal. Parte dessas linhas poderá ser ofertada à iniciativa privada por meio de autorizações simplificadas. Alguns corredores já possuem projetos em andamento, como ligações no Espírito Santo e o trem de passageiros entre Brasília e Luziânia.

A nova modelagem prioriza investimentos na infraestrutura fixa, com cerca de R\$ 8,2 bilhões destinados à recuperação de trilhos e via permanente. Em contrapartida, os aportes em locomotivas e vagões foram reduzidos para R\$ 3,1 bilhões. Também estão previstos R\$ 452,8 milhões para obras de mitigação de conflitos urbanos em 46 municípios, incluindo viadutos, passarelas e intervenções de segurança.

O acordo mantém ainda a obrigação de recuperação de trechos deficitários considerados estratégicos, como o corredor entre Corinto (MG) e Aratu (BA). A Bahia, aliás, tornou-se um dos focos da negociação, com redirecionamento de investimentos para obras no estado, incluindo projetos no eixo Minas-Bahia.

Outro ponto relevante é a exigência de interoperabilidade ferroviária, especialmente no acesso ao Porto de Santos. A concessionária deverá permitir o compartilhamento da malha com outros operadores, sob mediação da ANTT em caso de impasses.

O contrato também abre espaço para a operação de trens de passageiros em determinados trechos. A FCA será obrigada a disponibilizar até dois pares diários de viagens em corredores com demanda mínima, ampliando a possibilidade de uso da malha para transporte de pessoas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/05/2026

TRANSPORTES – AVIAÇÃO - GOVERNO APROVA LINHA DE CRÉDITO DE R\$ 1 BI PARA COMPANHIAS AÉREAS

Medida do Conselho Monetário Nacional prevê financiamentos para capital de giro com recursos operados pelo Banco do Brasil

Da Redação redacao.jornal@redebene.com.br



O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou, nesta semana, uma resolução que estabelece as condições para a concessão de até R\$ 1 bilhão em financiamentos voltados ao capital de giro de companhias aéreas brasileiras. A medida faz parte do conjunto de ações do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) para apoiar o setor diante da alta do querosene de aviação (QAv), um dos principais custos das empresas.

De acordo com a resolução, as operações terão prazo de até seis meses para pagamento, taxa equivalente a 100% do CDI e limite de financiamento de até 1,6% do faturamento bruto anual de 2025 de cada companhia, com teto de R\$ 330 milhões por empresa. Os recursos serão operados pelo Banco do Brasil, com risco de crédito integralmente assumido pela União.

Segundo o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, a iniciativa segue o modelo de ações adotadas em situações excepcionais, como as medidas implementadas durante as enchentes no Rio Grande do Sul, com o objetivo de garantir a continuidade de serviços essenciais. Ele afirmou ainda que, por se tratar de crédito com garantia da União, foram definidos critérios de segurança e responsabilidade financeira para as empresas beneficiadas.

Além da linha emergencial de crédito, o pacote de medidas inclui a ampliação do prazo para pagamento de tarifas de navegação aérea, discussões sobre mecanismos tributários relacionados ao combustível de aviação e ações voltadas à previsibilidade regulatória e à redução de custos operacionais.

As iniciativas vêm sendo debatidas pelo MPor em articulação com outros órgãos do governo federal, companhias aéreas e entidades do setor, em meio ao aumento dos custos operacionais registrado nos últimos meses, impulsionado pela alta do preço internacional do petróleo e pela variação cambial.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/05/2026

BRASIL EXPORT - INFRAJUR DISCUTIRÁ SEGURANÇA JURÍDICA E ESTABILIDADE REGULATÓRIA NO SANTOS EXPORT

Painel reunirá especialistas do setor jurídico e de infraestrutura para debater concessões, governança e resolução de disputas em transportes

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

A estabilidade regulatória, a segurança jurídica e os mecanismos de resolução de disputas em contratos de infraestrutura estarão entre os temas debatidos na próxima edição do Santos Export, fórum promovido pelo Grupo Brasil Export nos dias 28 e 29 deste mês, no Casa Grande Hotel Resort & Spa, em Guarujá. O evento reunirá autoridades, executivos, representantes do setor portuário e especialistas para discutir os principais desafios relacionados à infraestrutura, logística e transportes no país.

A programação do dia 28 contará com uma edição do InfraJur, encontro voltado ao direito da infraestrutura de transportes, energia e mineração. O painel “Estabilidade regulatória e segurança jurídica no setor de infraestrutura de transportes” será realizado às 17 horas e discutirá os impactos da previsibilidade regulatória sobre os investimentos privados de longo prazo, além de modelos de concessão, governança contratual e mecanismos de solução de conflitos no setor.

O debate terá apresentação do ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e presidente da Academia Brasileira de Direito da Infraestrutura, Breno Medeiros. A moderação ficará a cargo de Celso Peel, coordenador científico do Conselho Jurídico do Brasil Export.

Entre os temas previstos para discussão estão a redução de assimetrias interpretativas em contratos de infraestrutura, os desafios relacionados aos modelos de concessão e governança e os instrumentos utilizados para resolução de disputas em projetos de transporte e logística.



O painel também deverá abordar questões ligadas à segurança regulatória em projetos de longo prazo e os impactos jurídicos relacionados à expansão da infraestrutura logística brasileira, em um cenário de crescimento da participação privada no setor.

Participam do debate Caio Morel, diretor- -executivo da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (Abratec); Cristina Wadner, sócia da C. Wadner & Advogados Associados; Debora de Assis Pacheco Andrade, gerente jurídica e de governança da Ferrovia Interna do Porto de Santos (Fips); Marcela Bocayuva, coordenadora na Escola Nacional da Magistratura e fundadora da Bocayuva Advogados; e Marcelo Sammarco, vice-presidente da ABDM e sócio do Sammarco Advogados.

Ao longo dos dois dias, o Santos Export terá painéis voltados a temas como expansão portuária, infraestrutura aeroportuária, acesso ao Porto de Santos, transição energética, desenvolvimento de negócios e demandas do setor produtivo paulista.

A programação será aberta no dia 28 com o painel “O futuro do maior complexo portuário da América Latina | Tecon 10 e expansão das operações portuárias”, voltado aos desafios relacionados ao crescimento operacional do Porto de Santos e à ampliação da capacidade logística do complexo santista.

Na sequência, o evento terá debates sobre o papel do Aeroporto do Guarujá na mobilidade regional, diversidade e inclusão no setor de infraestrutura e o protagonismo do Porto de Santos na atração de investimentos e no desenvolvimento econômico.

No segundo dia, a programação inclui discussões sobre descarbonização no transporte terrestre, transição energética e o estudo Santos 10+, voltado à ampliação da capacidade de acesso ao complexo santista.

O encerramento do fórum ocorrerá com o painel “Demandas do setor produtivo para aprimorar as operações de carga no estado de São Paulo”, reunindo representantes ligados à cadeia logística e produtiva paulista.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/05/2026

BRASIL EXPORT - PROGRAMAÇÃO SANTOS EXPORT 2026

PROGRAMAÇÃO SANTOS EXPORT 2026

28 | MAIO | QUINTA-FEIRA

08h30 Credenciamento e boas-vindas
09h00 Painel 1: O futuro do maior complexo portuário da América Latina | Tecon 10 e expansão das operações portuárias
11h00 Intervalo
11h30 Painel 2: O papel do Aeroporto de Guarujá na mobilidade da Baixada Santista e sua conexão com a expansão do Porto de Santos
12h30 Almoço
14h00 Palestra especial
14h30 Painel 3: Diversidade e inclusão no setor de infraestrutura
15h15 Painel 4: Porto de Santos protagonista no desenvolvimento de negócios para o Brasil avançar
16h00 Apresentação
16h30 Intervalo

17h00 Infrajur | Encontro de Direito de Infraestrutura de Transportes, Energia e Mineração com a presença do exmo. sr. Breno Me-deiros, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST)
18h00 Painel | IBL
19h00 Sessão Solene com autoridades

29 | MAIO | SEXTA-FEIRA

08h30 Credenciamento e boas-vindas
09h00 Palestra especial
09h30 Apresentação InfraESG
10h00 Painel 4: Estudo Santos 10+ e a ampliação da capacidade de acesso ao complexo santista
11h00 Intervalo
11h30 Painel 5: Demandas do setor produtivo para a aprimorar as operações de carga no estado de São Paulo
12h30 Almoço | Oferecimento: Multilog – 30 Anos

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/05/2026

OPINIÃO – ARTIGOS - A INFRAESTRUTURA INVISÍVEL



HUDSON CARVALHO

Consultor em Gestão de Pessoas e Estratégia Empresarial, diretor executivo da Elabore Online – Resultados Através das Pessoas

opinioao@portalbenews.com.br | elaboreonline@gmail.com

O que 9 mil quilômetros pelas estradas americanas revelam sobre cultura, competitividade e educação executiva

“Não há grandes limites para o crescimento porque não há limites para a inteligência humana, a imaginação e a capacidade de criar.”

Ronald Reagan (1911-2004), ator, político norte-americano e 40.º presidente dos Estados Unidos

Em algum ponto entre Arkansas e Texas, enquanto um trem de mais de dois quilômetros cruzava o horizonte carregando centenas de contêineres, uma percepção se tornou inevitável: competitividade não nasce apenas de infraestrutura. Vem da cultura operacional, presente em toda a sociedade. Do produtor ao consumidor.

Foram aproximadamente 9 mil quilômetros percorridos em 17 dias, atravessando 9 estados americanos e 3 fusos horários. Uma verdadeira imersão operacional em uma das economias mais organizadas e competitivas do planeta.

Ao longo das estradas de Louisiana, Mississippi, Alabama, Tennessee, Arkansas, Texas, Novo México, Arizona e Califórnia, uma percepção chamou atenção. As rodovias americanas nem sempre impressionam pela qualidade do asfalto. Em muitos trechos há pistas simples, remendos e estruturas antigas.

O que impressiona é a organização. A sinalização é impecável. As regras são claras. O fluxo funciona. As pessoas respeitam o sistema — e fazem o sistema funcionar.

Outro detalhe chama atenção: em milhares de quilômetros percorridos, não vimos um único caminhão trafegando com escolta armada. Em uma economia continental que movimenta volumes gigantescos de mercadorias diariamente, isso diz muito sobre segurança operacional e confiança.

Essa talvez seja a maior diferença entre países que constroem obras e países que constroem instituições.

Obras são visíveis e podem ser inauguradas em poucos anos. Instituições e confiança, são invisíveis e levam gerações para consolidarem-se.

Infraestrutura física movimenta cargas, enquanto a infra institucional movimenta economias.

Vimos, com escrevi acima, trens intermodais transportando centenas de contêineres simultaneamente. Em alguns casos, mais de 500 unidades em uma única composição. Segundo a Association of American Railroads, as ferrovias americanas conseguem transportar uma tonelada de carga por mais de 750 quilômetros consumindo apenas cerca de 4 litros de combustível. Isso é ESG de verdade.

Há um detalhe importante: mesmo com ferrovias gigantescas, os caminhões continuam presentes em volume impressionante. Economias desenvolvidas não eliminam modais; integram modais.

A ferrovia domina grandes volumes e longas distâncias. O caminhão permanece essencial para distribuição regional, abastecimento industrial e última milha.

Essa é uma das maiores lições da infraestrutura americana: multimodalidade é arquitetura econômica.



A percepção ficou ainda mais clara na região de Permian Basin, a caminho de Odessa, no Texas — uma das maiores áreas produtoras de petróleo dos Estados Unidos.

É impressionante a quantidade de empresas fornecedoras de materiais, peças, equipamentos, veículos especiais e serviços voltados à indústria de óleo e gás. Atuando muitas vezes no mesmo segmento, competindo lado a lado em um ambiente de elevada demanda operacional.

O tamanho da produção petrolífera ajuda a explicar a dimensão desse ecossistema. Mas existe outro fator igualmente relevante: concorrência saudável, produz eficiência. Reduz custos, acelera inovação e aumenta produtividade. Economias maduras compreendem que, competitividade, não se sustenta protegendo empresas da concorrência, mas estimulando ambientes capazes de premiar eficiência operacional.

Chamou nossa atenção, que, mesmo sendo uma potência histórica do petróleo, a região já convive com grandes áreas de geração solar fotovoltaica e parques de energia eólica.

Isso revela algo importante sobre economias desenvolvidas: elas não abandonam suas vocações tradicionais, mas não ficam presas ao passado.

Competitividade sustentável exige adaptação tecnológica, diversificação energética e visão de longo prazo.

Outro aspecto muito visível e presente no cotidiano americano: a valorização do trabalho em todos os níveis. Do operador ferroviário ao atendente do posto de gasolina, percebe-se forte senso de responsabilidade operacional, disciplina e respeito ao cliente.

Essa percepção remete inevitavelmente a “Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, de Max Weber.

Weber defendia que determinadas matrizes culturais ajudaram a formar sociedades baseadas em disciplina, responsabilidade individual e racionalidade econômica. Mais do que riqueza, essas características ajudaram a construir previsibilidade social.

E previsibilidade reduz custo, acidentes, desperdício, insegurança jurídica, atraso logístico e ineficiência operacional.

Economias desenvolvidas não se diferenciam apenas pela qualidade de suas obras, mas pela capacidade de organizar comportamento coletivo em torno de confiança, eficiência e produtividade.

O Brasil evoluiu enormemente nas últimas décadas. Mas ainda convive com elevado custo operacional decorrente da baixa previsibilidade institucional e da excessiva personalização das relações econômicas e sociais.

Em boa parte da América Latina, ainda convivemos com uma cultura orientada ao curto prazo. Busca-se frequentemente o resultado imediato, mesmo quando isso compromete produtividade futura e competitividade nacional.

Sociedades competitivas pensam em décadas à frente, o que nos leva ao ponto central dessa reflexão: educação.

Não apenas educação formal. Educação técnica, executiva, comportamental e cívica.

Sociedades altamente funcionais constroem gerações educadas para compreender que liberdade individual depende de responsabilidade coletiva. Isso aparece no trânsito, nas empresas, nos serviços e nas instituições.

Talvez esse seja o maior ativo invisível das economias desenvolvidas: capital humano.



Não apenas mão de obra qualificada, mas capacidade coletiva de cooperação, disciplina, pensamento sistêmico e liderança.

Capital humano é infraestrutura invisível.

Sem ele, rodovias se deterioram, portos perdem eficiência e instituições tornam-se frágeis. Com ele, até estruturas antigas conseguem operar com elevado nível de produtividade e competitividade.

É nesse contexto que o Grupo Brasil Export anunciará, nos dias 28 e 29 de maio de 2026, durante o Santos Export 2026, a criação da BE Academy (Brasil Export Academy), sua Divisão de Treinamento e Desenvolvimento Executivo.

A iniciativa nasce com um propósito claro: transformar experiência setorial em formação executiva de alto impacto.

Mais do que cursos, a BE Academy foi concebida para integrar benchmarking internacional, experiências práticas, networking qualificado e formação aplicada voltada aos setores portuário, logístico, energético, de infraestrutura e mineração.

Em um cenário global no qual competitividade depende diretamente da qualidade da gestão, do capital humano e da eficiência operacional, a formação executiva deixa de ocupar posição complementar. É o núcleo estratégico das organizações — e das próprias nações.

Estradas podem ser duplicadas. Portos e aeroportos podem ser ampliados. Ferrovias podem ser construídas. Desenvolvimento de liderança e valorização da educação exigem duro trabalho de formação.

Ao fim, competitividade não nasce apenas do aço, do concreto ou da tecnologia, mas da capacidade de formar pessoas preparadas para liderar sistemas complexos, adaptar-se às mudanças e construir instituições fortes.

Começamos com Reagan e terminamos com ele: “O futuro não pertence aos fracos; pertence aos corajosos.”

Hudson Carvalho é consultor em Estratégia de Gestão de Pessoas, diretor regional da Wisdom – Gestão Organizacional

O GRUPO BRASIL EXPORT ANUNCIARÁ, NOS DIAS 28 E 29 DE MAIO DE 2026, DURANTE O SANTOS EXPORT 2026, A CRIAÇÃO DA BE ACADEMY (BRASIL EXPORT ACADEMY), SUA DIVISÃO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO EXECUTIVO. A INICIATIVA NASCE COM UM PROPÓSITO CLARO: TRANSFORMAR EXPERIÊNCIA SETORIAL EM FORMAÇÃO EXECUTIVA DE ALTO IMPACTO

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 25/05/2026

FINANÇAS - CNI ACIONA STF CONTRA O FIM DA ‘TAXA DAS BLUSINHAS’

Confederação Nacional da Indústria argumenta que a Medida Provisória do governo viola princípios constitucionais

Do Estadão Conteúdo

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) entrou na sexta-feira, 22, com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o fim da cobrança de imposto de importação sobre as importações de até US\$ 50 - a chamada “taxa das blusinhas”.

No último dia 12, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) editou a Medida Provisória (MP) nº 1.357/2026, que isentou a alíquota, até então de 20%, sobre compras internacionais de pequeno valor - aquelas até US\$ 50 (cerca de R\$ 250).

A CNI argumenta que a MP viola os princípios constitucionais da isonomia, da livre concorrência e carece de requisito constitucional de urgência, especialmente por haver projetos em tramitação sobre o tema no Congresso Nacional.



Segundo a CNI, a revogação da 'taxa das blusinhas' vai ocasionar perda de empregos e prejuízo à economia brasileira

Na avaliação da entidade da indústria nacional, a redução a zero da taxa sobre os produtos de até US\$ 50 significa um tratamento diferenciado às importações, que prejudica o mercado interno e o preceito constitucional de proteção do mercado interno como patrimônio nacional.

A CNI sustenta que a revogação da “taxa das blusinhas” vai ocasionar perda de empregos e em prejuízo à economia brasileira.

“A redução a zero na tributação das importações de pequeno valor destinadas a pessoas físicas não guarda a necessária urgência para ser validamente editada por medida provisória. Ainda que o Poder Executivo sustente a relevância da matéria, não se trata de tema urgente ou premente a justificar a utilização excepcional do instrumento”, destacou o diretor jurídico da CNI, Alexandre Vitorino.

Na ação, a CNI argumenta ainda que o acesso da população é promovido “à custa do agravamento das assimetrias concorrenciais suportadas pelos setores produtivos nacionais, da transferência de empregos e renda ao exterior e da renúncia fiscal relevante”.

Dados

De acordo com dados oficiais, as importações de pequeno valor saltaram de US\$ 800 milhões em 2013 para US\$ 13,1 bilhões em 2022, e a quantidade de remessas postais passou de 70,5 milhões em 2018 para 176,3 milhões em 2022. Os dados mais recentes também demonstram os efeitos positivos da tributação instituída em 2024.

Em 2025, o volume de remessas pelo Programa Remessa Conforme foi inferior ao do ano anterior, com retração expressiva em comparação com os primeiros semestres de cada ano. A estimativa da CNI é de que foram preservados 135 mil empregos e R\$ 19,7 bilhões.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/05/2026

FINANÇAS - MINISTRO CELEBRA BOM MOMENTO ECONÔMICO

Segundo Dario Durigan, a economia brasileira vai bem, inclusive no aspecto fiscal

Do Estadão Conteúdo

“A situação da economia brasileira é, sem dúvida nenhuma, uma das melhores do mundo, tanto do ponto de vista do resultado fiscal, quanto do ponto de vista de como a gente está enfrentando esse momento da economia global”, afirmou ele no início da entrevista coletiva de apresentação do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do segundo bimestre, na sexta-feira.

Segundo Durigan, as medidas do governo para mitigar os impactos da guerra no Irã são adotadas “com altivez e usando mecanismos com responsabilidade fiscal”.

“Sem dúvida nenhuma caminhamos em uma boa direção para entregar uma gestão orçamentária cada vez mais sólida, cada vez mais transparente e uma execução orçamentária também bastante rigorosa e com transparência”, completou ele.

Impostos

O ministro da Fazenda afirmou ainda que quem tem faturamento paga a sua parte e quem ganha salário paga menos imposto em um cenário econômico crescente. Ao responder um questionamento sobre o patamar da receita estar alto, em 21% do PIB, o ministro afirmou que o governo fez um trabalho de recomposição de arrecadação seguindo o princípio da justiça tributária.

“Quem tem capacidade econômica, quem tem faturamento, quem tem lucro, em uma economia que cresce e está saudável, paga a sua cota à parte. E quem recebe salário, quem tem menos recursos, paga menos. Então, a verdade é que as pessoas pagam menos. E a base tributária do país, a base fiscal, foi recomposta”, afirmou Durigan.

O governo reviu para cima a projeção de despesas com o BPC e a Previdência em R\$ 14,1 bilhões e R\$ 11,5 bilhões respectivamente. Essa alta nas despesas obrigatórias levou a um anúncio de bloqueio adicional de R\$ 22,1 bilhões, chegando a um bloqueio total de R\$ 23,7 bilhões.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/05/2026

JUSTIÇA - BARROSO DEFENDE PAPEL DO STF NA CONDUÇÃO DO CASO MASTER

Ex-presidente do Supremo diz que é preciso separar as críticas a ministros da análise da atuação da Corte

Do Estadão Conteúdo



Luís Roberto Barroso questionou e ele mesmo respondeu: “Tem alguma decisão do STF favorecendo o Banco Master? Não que eu saiba”

O ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso defendeu a Corte no sábado, 23, diante de questionamentos sobre a percepção da população diante do envolvimento de ministros com o caso Banco Master.

Após participação em painel do Fórum Esfera 2026, em Guarujá (SP), Barroso reconheceu em coletiva de imprensa que há um conjunto de fatos que contribuiu para uma percepção negativa sobre o tribunal, mas afirmou não ter conhecimento de qualquer decisão do STF que tenha favorecido o banco.

As suspeitas relacionadas ao Master miram repasses e transações que teriam beneficiado familiares de ministros do Supremo, incluindo R\$ 80 milhões ao escritório da esposa de Alexandre de Moraes e R\$ 6,6 milhões ligados a cotas de resort dos irmãos de Dias Toffoli.

“Há um conjunto de fatos que levaram a uma percepção negativa. Porém, primeiro é preciso não prejudicar e esperar que as investigações terminem”, disse Barroso. “Depois, é preciso fazer uma distinção entre o juízo que alguém faça sobre ministros individualmente e o papel institucional do Supremo.”

De acordo com o ex-integrante da Corte, as revelações não abalaram o papel institucional do Judiciário. Na avaliação dele, o tribunal segue tomando decisões importantes, com transparência, fundamentação e debates públicos de qualidade. Por isso, afirma, é preciso evitar que “episódios pontuais contaminem a percepção” sobre a instituição e desmereçam a função que ela desempenha para o País.

“Tem alguma decisão do Supremo favorecendo o Banco Master? Não que eu saiba. Portanto, por isso que eu falo: é preciso separar percepções individuais de comportamentos institucionais”, continuou.

“Tanto quanto eu possa ver, não aconteceu nada de errado em decisões do Supremo nessa matéria, ou em qualquer outra.”

Protagonismo do STF

O ex-presidente do STF salientou ainda que o Supremo decide quase todos os temas relevantes da vida brasileira e, por isso, acaba frequentemente desagradando diferentes setores. Segundo ele, o protagonismo e a visibilidade da Corte fazem com que haja sempre alguém com um olhar severamente crítico sobre o tribunal.

Recentemente, o Congresso usou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado para mirar elos financeiros de ministros e sugerir indiciamento de magistrados, o Judiciário reagiu de forma incisiva, principalmente contra o senador Alessandro Vieira (MDB-SE), que foi alvo de solicitação de investigação Procuradoria-Geral da República (PGR) por abuso de autoridade.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/05/2026

JUSTIÇA - FUX VOTA POR PRISÕES DE PARENTES DE VORCARO

Julgamento no STF tem placar de 2 a 0 para manter pai e primo do ex-banqueiro presos

Por Estadão Conteúdo

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou no sábado, 23, para manter as prisões preventivas de Henrique Vorcaro e Felipe Vorcaro, pai e primo, respectivamente, de Daniel Vorcaro, do Banco Master.

Nas últimas semanas os familiares do banqueiro foram alvos da Operação Compliance Zero, da Polícia Federal, que investiga fraudes na instituição financeira liquidada pelo Banco Central em novembro de 2025. Felipe foi um dos alvos da PF em uma operação no dia 7 de maio, e Henrique, em 14 de maio.

O relator do caso na Corte, o ministro André Mendonça, votou pela manutenção das prisões nesta sexta-feira, 22, em sessão virtual da Segunda Turma. O julgamento foi suspenso após pedido de vista de Gilmar Mendes.

Fux antecipou seu voto nas duas ações, e o colegiado, formado por cinco ministros, tem placar de 2 a 0 para referendar as decisões do relator tanto em relação ao pai quanto ao primo do ex-dono do Master.

O pedido de vista dá mais tempo - até 90 dias - para o decano da Corte, o ministro Gilmar Mendes, analisar o caso e, na prática, posterga a decisão do julgamento.

No voto para manter a prisão do pai de Vorcaro, Mendonça alegou “fortes indícios de que os indivíduos integram uma complexa estrutura para a prática de crimes com uma profunda repercussão negativa na sociedade”.

O relator afirmou não haver “outras medidas menos graves e ao mesmo tempo capazes de garantir a ordem pública, a aplicação da lei penal e o bom andamento da instrução criminal” que não a prisão preventiva do investigado.

Quanto ao primo do banqueiro, Mendonça referendou um parecer do Ministério Público Federal segundo o qual Felipe Vorcaro assumiu um “papel significativo” em transações financeiras “marcadas por elementos de ilicitude, em especial da lavagem de dinheiro”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/05/2026

INTERNACIONAL - HEZBOLLAH EXIGE O FIM DAS CONVERSAS ENTRE LÍBANO E ISRAEL

Líder rejeita qualquer acordo para desarmamento do grupo xiita. EUA reage e diz que o fim da organização está próximo

Do Estadão Conteúdo



A liderança do grupo xiita também criticou as concessões do governo libanês em suas negociações com Israel

O secretário-geral do partido-milícia xiita Hezbollah, Naim Qasem, reiterou neste domingo, em um discurso, sua rejeição a qualquer iniciativa de desarmamento da organização que levaria, em sua opinião, a “um novo

genocídio israelense no Líbano”.

“O monopólio das armas é o atual projeto israelense e quem quer que se oponha a nós ao lado de Israel será enfrentado da mesma forma que enfrentamos Israel”, advertiu Qasem em sua intervenção, divulgada pela mídia libanesa.

“Não pedimos ao Estado que enfrente o projeto americano-israelense, mas pelo menos ele não deveria facilitá-lo”, afirmou antes de alertar que o objetivo final de Israel é desarmar o Líbano e ocupá-lo progressivamente.

Qasem aproveitou também para criticar as concessões do governo libanês e suas negociações com Israel, apesar da presença militar israelense em solo libanês e dos contínuos ataques de suas forças militares.

Em particular, ele lembrou o Dia da Libertação, comemorado neste dia 24 de maio em memória do dia da retirada israelense do sul do Líbano após 18 anos de ocupação. “A resistência estava ao lado do exército e do povo numa tríade que foi capaz de alcançar o marco da libertação”, destacou.

Ele lembrou assim os acordos “humilhantes” assinados entre o Líbano e Israel e como a sua anulação “foi um passo para a libertação”. “As concessões das autoridades libanesas continuaram até a criminalização da resistência”, observou ele sobre a situação até 2000, comparando-a com a assinatura do acordo de cessar-fogo com Israel, que não impediu os ataques “enquanto o Estado libanês não foi capaz de aplicá-lo”.

Qasem criticou que “o Estado libanês nos diz: ajudem-nos a desarmar-se para que Israel possa entrar e matá-los e expulsar o seu povo”.

EUA

O secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio, afirmou que Washington apoia o governo do Líbano e que ameaças do Hezbollah “não terão sucesso”. A declaração, feita no X e depois reforçada em comunicado do Departamento de Estado, veio horas depois de o líder do grupo xiita apoiado pelo Irã, Naim Qasem, rejeitar o desarmamento da organização e pressionar Beirute a abandonar as negociações com Israel.

“A era em que um grupo terrorista mantinha uma nação inteira como refém está chegando ao fim”, escreveu Rubio. Em comunicado, o secretário acusou o Hezbollah de ignorar pedidos das autoridades libanesas para cessar ataques e respeitar o cessar-fogo, de continuar a bombardear posições israelenses e de deslocar combatentes e armamentos para o sul do país.

O presidente dos EUA, Donald Trump, afirmou no fim de semana que as negociações com Teerã avançavam, embora ainda não tenham uma definição. Uma nova rodada de conversas entre Líbano e Israel está prevista para junho, em Washington.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/05/2026

INTERNACIONAL - TRUMP ELOGIA SERVIÇO SECRETO APÓS TIROTEIO

Presidente dos EUA disse que a atuação nas proximidades da Casa Branca foi profissional
Do Estadão Conteúdo

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, elogiou neste domingo o profissionalismo do Serviço Secreto americano durante o tiroteio ocorrido na tarde de sábado nas proximidades da Casa Branca, um incidente que resultou em um transeunte ferido e na morte do atirador, após um tiroteio com as forças policiais.

“Agradeço ao nosso excelente Serviço Secreto e às forças de segurança pela atuação rápida e profissional desta noite contra um homem armado nas proximidades da Casa Branca, que tinha antecedentes de violência e uma possível obsessão pelo edifício mais precioso do nosso país”, destacou o presidente em uma publicação divulgada nas redes sociais.

Em sua mensagem, Trump confirmou que o agressor perdeu a vida após “uma troca de tiros com (os) agentes do Serviço Secreto” que estavam de serviço nas proximidades da residência presidencial e lembrou que este incidente ocorre apenas um mês após o tiroteio durante o jantar dos correspondentes da Casa Branca.

Isso demonstra, nas palavras do magnata nova-iorquino, “a importância de que todos os futuros presidentes contem com o que será o espaço mais seguro desse tipo já construído em Washington, D.C.” “A segurança nacional do nosso país assim o exige!”, declarou.

As declarações de Donald Trump referem-se a um incidente ocorrido na tarde deste sábado, quando o Serviço Secreto dos Estados Unidos evacuou a zona norte da Casa Branca após vários tiros terem sido ouvidos nas imediações do complexo presidencial, onde pelo menos uma pessoa ficou ferida, segundo informaram jornalistas presentes no local, que também relataram a morte do atirador após um tiroteio com as forças da ordem.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/05/2026

INTERNACIONAL - EXPLOSÃO EM MINA DE CARVÃO NA CHINA MATA AO MENOS 82

No sábado, o número de vítimas informado era maior, mas as autoridades corrigiram a informação neste domingo. Há 128 feridos

Do Estadão Conteúdo



Os níveis de monóxido de carbono no interior da mina superaram os limites permitidos, informaram as autoridades chinesas

O caos que se instalou nas primeiras horas após a explosão de sábado na mina de carvão de Liusenyu, no norte da China, levou as autoridades chinesas a revisarem para baixo o número de mortos no incidente, que agora passa a ser de 82,

contra os 90 confirmados inicialmente, segundo explicaram as autoridades locais.



O chefe do governo local do condado de Qinyuan, Guo Xiaofang, foi o responsável por fornecer neste domingo o balanço atualizado do que continua sendo o pior acidente em mina no país em mais de 15 anos. Os feridos, um total de 128, foram estabilizados no hospital.

No momento do incidente, por volta das 19h29 (hora local) de sexta-feira, os níveis de monóxido de carbono no interior da mina “superavam amplamente os limites permitidos em uma mina de carvão na cidade”, de acordo com as primeiras avaliações do ocorrido. Um responsável pela operadora da mina, o Grupo Shanxi Tongzhou, já está sob custódia das autoridades para ser interrogado.

O presidente chinês, Xi Jinping, pediu às equipes para fazer “todo o possível” para encontrar e resgatar as pessoas que continuam desaparecidas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/05/2026

INTERNACIONAL - TREM EXPLODE E DEIXA 30 MORTOS NO PAQUISTÃO

Autoridades não descartam que se trate de um novo atentado do Exército de Libertação
Do Estádio Conteúdo

Pelo menos 30 pessoas morreram e 103 ficaram feridas neste domingo no sudoeste do Paquistão, em consequência de uma forte explosão que descarrilou um trem de passageiros na província do Baluchistão, palco há anos de um conflito separatista extremamente violento.

As autoridades ainda estão investigando a natureza da explosão que abalou a capital da província, a grande cidade de Quetta, e a polícia teme que o número de mortos aumente em breve.

Três vagões do trem e sua locomotiva descarrilaram completamente, e as equipes de resgate e emergência isolaram a área do impacto, enquanto as autoridades da cidade colocaram todos os hospitais em estado de emergência.

Enquanto aguardam a causa da explosão, as autoridades não descartam que se trate de um novo atentado do Exército de Libertação do Baluchistão, o grupo armado separatista que, no ano passado, fez um ataque semelhante ao descarrilar um trem de passageiros que transportava dezenas de agentes de segurança e suas famílias (mais de 20 mortos).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/05/2026

INTERNACIONAL - PROJÉTIL RUSSO ATINGE CASA DE EMBAIXADOR

Ataque com mísseis à capital da Ucrânia, Kiev, atingiu residência de diplomata albanês
Do Estádio Conteúdo

O governo da Albânia apresentou uma reclamação formal contra a Rússia após denunciar que um dos projéteis do ataque maciço russo da noite passada contra Kiev atingiu a residência do embaixador e “colocou sua vida em risco”, sem fornecer mais detalhes.

“Atacar ou colocar em risco áreas civis e pessoal #diplomático representa uma grave escalada e mais um lembrete cru do custo humano da contínua agressão da Rússia”, afirmou o ministro das Relações Exteriores da Albânia, Ferit Hoxha, nas redes sociais.

“O embaixador da Federação Russa na Albânia foi convocado para prestar explicações”, acrescentou.

O Ministério da Defesa russo confirmou o uso de seu míssil hipersônico contra Kiev em um dos ataques mais potentes desde o início da guerra e uma resposta, acrescentou, ao bombardeio ucraniano desta semana contra um dormitório de estudantes em Lugansk.

Os ataques contra Kiev, dirigidos, segundo o Ministério da Defesa, contra “posições militares” ucranianas, deixaram dois mortos e mais de 80 feridos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/05/2026



JORNAL O GLOBO – RJ

COMISSÃO DA CÂMARA ANALISA PEC QUE PREVÊ O FIM DA ESCALA 6X1

Setores específicos terão regulamentação somente após a aprovação da proposta que reduz jornada semanal

Por Geralda Doca — Brasília

Comissão da Câmara disputa o fim da escala 6x1 — Foto: Bruno Spada/Câmara dos Deputados

A comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa o texto que prevê o fim da escala 6x1, pela qual o empregado trabalha seis dias e folga um, iniciou nesta segunda-feira a reunião para discutir a proposta. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) será votada na Câmara dos Deputados nesta semana.

O deputado Leo Prates (Republicanos-BA) irá ler nesta segunda-feira o relatório. O acordo fechado entre o presidente Lula e o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), prevê a redução de 44 horas para 40 horas semanais de trabalho em uma transição de um ano. Os dois dias de folga por semana passarão a valer 60 dias após a promulgação, ou seja, quando entra em vigor após ser aprovado no Congresso.

Pelo texto, 60 dias após a promulgação do texto, quando ele for aprovado na Câmara e no Senado, haverá uma redução imediata de duas horas e, em até 12 meses, mais duas horas serão reduzidas da jornada.

A PEC estabelece o fim da escala 6x1 e garante dois dias de folga semanais a todos os trabalhadores mediante redução da jornada máxima de 44 para 40 horas, com manutenção do salário atual. As duas folgas semanais, que não precisarão ser consecutivas, serão aplicadas já este ano.

Acordo político

O texto foi fechado após uma reunião entre Motta e o presidente Lula.

– Após 60 dias da promulgação da PEC, colocaremos no texto a redução de duas horas imediatamente. Após 12 meses, mais duas horas. A transição se dará em um ano, não mais do que isso – declarou o presidente da Casa. – Isso dá um tempo para que os setores possam se organizar.

Segundo Motta, há três temas inegociáveis na PEC. Um deles é a redução da jornada de trabalho. Os outros dois seriam o fim da escala 6x1 e a proibição de redução salarial.

Motta afirmou ainda que o texto está sendo ajustado para regras de servidores públicos, prestadores de serviço para entes públicos e microempreendedores individuais (MEIs). Hoje, esses empreendedores só podem empregar uma pessoa com carteira assinada.

– Queremos permitir que contratem mais pessoas, já que estamos reduzindo a jornada de trabalho – ponderou.



O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, em participação na comissão especial da PEC do fim da escala 6x1 ao lado do relator, deputado Leo Prates — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

As mudanças para MEIs serão por projeto de lei. Motta disse ainda que Lula está sensível a esse "apelo".

Os ministros da Secretaria de Relações Institucionais, José Guimarães; e do Trabalho, Luiz Marinho, também participaram da entrevista ao lado de Motta. Guimarães afirmou que a PEC será uma das maiores conquistas para o

mundo do trabalho.

– Não é fácil concluir uma negociação quando envolve pontos polêmicos e chegarmos a um entendimento – disse.

O ministro do Trabalho disse que a medida também deve preencher vagas abertas e reduzir o número de faltas.

Gestos ao Planalto

O presidente da Câmara tem se aproximado do Palácio do Planalto e feito gestos a Lula numa tentativa de amarrar apoio de governistas para a sua reeleição à presidência da Câmara, em 2027. A aprovação da PEC seria mais uma sinalização nesse sentido, já que o tema é estratégico para o Planalto.

Desde o início da discussão do projeto ficou definido, segundo pessoas que acompanham as negociações, que a palavra final sobre pontos sensíveis seria dada em diálogo de Motta e Lula. A ideia era também blindar o presidente da Câmara e a própria Casa de acusações de falta de diálogo com o Planalto.

O fim da jornada 6x1 tem sido considerado tema prioritário para o Planalto, e mobilizado o debate de parte da sociedade civil. A medida é também vista por aliados do petista como uma bandeira para a campanha de reeleição de Lula à Presidência. Diante disso, há pressa para que o tema seja aprovado antes do pleito, em outubro.

Segundo relatos, já há um acordo entre Motta e Lula para que os dois dias de folga passem a valer ainda neste ano, atendendo a um pedido do petista.

De forma geral, um dos grandes pontos de disputa era a regra de transição para reduzir a jornada atual de 44 horas semanais para 40. Parte do governo resistia à transição, mas outra ala mostra disposição de rever este ponto para destravar o andamento da proposta.

Como o GLOBO mostrou no domingo, o avanço da medida não representa um desfecho para o tema, ainda que já possa ter repercussões em larga medida no país. A ideia da PEC é que seja um texto enxuto, deixando para a regulamentação posterior alguns desses temas. De acordo com relatos, deve ter até 12 artigos.

Mapeamento do governo federal indica que cerca de 50 setores com legislação própria, como trabalhadores domésticos, comerciários, esportistas e aeronautas. Quadros críticos, que demandam maior atenção para evitar disfuncionalidade, envolvem de 10 a 12 setores.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 25/05/2026

GOVERNO DO DF ARRECADADA R\$ 1 BI PARA SOCORRER BRB, MAS AINDA BUSCA EMPRÉSTIMO PARA COBRIR ROMBO DO MASTER

Administração do Distrito Federal controla a instituição financeira e, por isso, o dinheiro será transferido para o banco público

Por Geralda Doca — Brasília



Prédio do BRB em Brasília — Foto: Joédson Alves/Agência Brasil

O governo do Distrito Federal arrecadou R\$ 1 bilhão com a venda para o BTG Pactual de quotas de securitização da dívida ativa. O dinheiro será usado para reforçar o capital do Banco de Brasília (BRB), que ficou com prejuízo por conta das transações com o Banco Master.

O governo do DF é o controlador do BRB e, por isso, o dinheiro será transferido para o banco público.

Pelo processo de securitização, o crédito de tributos não pagos ao DF é vendido para investidores, que assume o risco e os valores a receber.

Apesar disso, o BRB ainda precisa de recursos e o governo do Distrito Federal tenta fechar um empréstimo de R\$ 6,6 bilhões junto ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC) e a bancos privados em busca de uma solução.

Na próxima sexta-feira, termina o prazo indicado pela direção do BRB e o governo local ao Banco Central (BC) para apontar uma solução que permita cobrir o rombo gerado pela compra de carteiras de crédito com o Master e publicar o balanço consolidado de 2025. Mas esse prazo deve ser ampliado para que a instituição tenha mais tempo para implementar todo o pacote de medidas.

Segundo interlocutores, 70% do plano apresentado ao BC para tirar o BRB da crise já foram alcançados.

O argumento do controlador é que a falta de liquidez, por exemplo, que leva à intervenção da autoridade monetária em bancos, foi resolvida com a venda dos ativos do Master para o grupo de investidores Quadra Capital. O grupo já aportou R\$ 1 bilhão e outros R\$ 3 bilhões deverão entrar até o final deste mês.

Para resolver o problema de capital e manter o banco enquadrado nas regras de prudência, o BRB precisa levantar ao todo R\$ 8,8 bilhões. Para isso, a direção do banco está intensificando esforço para conseguir fechar, ainda nesta semana, um empréstimo bancário.

Sem obter aval da União, a direção do BRB e o governo trabalham para melhorar a qualidade das garantias a serem oferecidas. Podem entrar nessa lista ativos do Credcesta que estão com o liquidante do Master, terrenos cedidos pelo governo, além da dívida ativa.

A situação foi gerada pela operação de compra de carteiras de crédito do Master pelo BRB, no valor de R\$ 12,2 bilhões, suspeitas de serem fraudulentas. O BRB desfez a operação, mas não recebeu os valores em dinheiro, e sim em outros ativos do banco de Daniel Vercaro, cuja qualidade também é duvidosa. O prejuízo foi estimado em cerca de R\$ 8 bilhões.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 25/05/2026

GOVERNO LANÇA NOVO LEILÃO DO ECO INVEST PARA INVESTIR EM MINERAIS CRÍTICOS, BIOCOMBUSTÍVEIS E BIOFERTILIZANTES

Quinta rodada do Eco Invest deve ocorrer em julho; ideia é criar fundos de investimento em seis áreas, com mobilização de até R\$ 50 bilhões de investimentos entre recursos públicos e privados

Por Hyndara Freitas — São Paulo



Os ministros João Paulo Capobianco, do Meio Ambiente, e Dario Durigan, da Fazenda, e o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, — Foto: Hyndara Freitas/O Globo

O governo federal anunciou, nesta segunda-feira, o quinto leilão Eco Invest, no qual espera arrecadar até R\$ 50 bilhões para fomentar a inovação na área de minerais críticos, fertilizantes verdes, bioinsumos, combustíveis verdes e baterias. A nova rodada de captação de investimentos é focada em dar linhas de crédito

em seis áreas para incentivar o desenvolvimento de projetos tecnológicos sustentáveis desde a concepção, especialmente conectando empresas a universidades e centros de pesquisa nacionais ou internacionais.

O leilão pretende criar seis fundos de inovação, nas áreas de fertilizantes verdes, bioinsumos e proteínas alternativas; combustíveis verdes e avançados, biogás e biometano; automação e inteligência artificial para processos produtivos e tecnológicos; sistemas de baterias e beneficiamento de minerais críticos; química verde e biomateriais; e resíduos minerais e industriais.

O Tesouro Nacional vai aportar, ao todo, R\$ 9 bilhões, sendo R\$ 1,5 bilhão em cada fundo, e cada instituição financeira deverá alavancar ao menos 2 vezes esse valor, podendo chegar até R\$ 4,5 bilhões. Além disso, o governo vai colocar até R\$ 1 bilhão na linha de crédito corporativo, e o banco deve colocar ao menos o dobro desse valor.

Considerando que os bancos invistam nos patamares máximos, há a expectativa de chegar a R\$ 50 bilhões de recursos. O leilão deve ser realizado no meio de julho, mas ainda não foi definida uma data exata.

Ao lançar o novo leilão, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que o Brasil precisa investir mais em inovação e que o Estado precisa colaborar com a iniciativa privada para melhorar o cenário. O ministro apontou que há três “vales da morte” no processo de inovação, sendo o primeiro o processo de tirar as ideias do papel, o segundo a produção em grande escala e o terceiro desafio seria a comercialização. Essa rodada do Eco Invest, disse, será importante para auxiliar nessa primeira etapa.

— O Estado não está dizendo que vai fazer tudo sozinho. Estamos reconhecendo a eficiência e o grau de penetração das universidades privadas, dos centros de eficiência, que sabem colocar de pé projetos. O primeiro vale da morte é quando você tem que fazer a inovação, tirar das ideias e constituir em termos de laboratório, de pesquisa aplicada. E isso não acontece no Brasil. O Brasil tem um patamar de pesquisa semelhante ao da Coreia do Sul, mas a gente não consegue tirar do papel, registrar patente. O Eco Invest procura estruturar fundos de inovação e, em parceria com as empresas brasileiras, vencer esse vale da morte — falou o ministro.

A escolha dos projetos vencedores do leilão será feita a partir do critério do valor de alavancagem do fundo de inovação: quem oferecer colocar mais dinheiro sobre os R\$ 1,5 bilhão do poder público, vence. Os valores deverão ser investidos obrigatoriamente em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, que podem ser tocados por empresas ou startups brasileiras, ou também em parceria com instituições ou empresas estrangeiras.



Para o crédito corporativo, o maior montante do crédito corporativo que a instituição financeira vai oferecer, cujo mínimo deve ser de R\$ 100 milhões e o máximo de R\$ 1 bilhão, com alavancagem mínima de três vezes este valor. O terceiro critério será a porcentagem de financiamento de parcerias com universidades ou Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação — deverá haver um mínimo de 10% de investimento nessas instituições.

O Eco Invest trabalha com o conceito de blend finance (finanças mistas), em que o governo aporta recursos com juros baixos, barateando os financiamentos, e a iniciativa privada faz o complemento. Estimativas mostram que para cada R\$ 1 empregado pelo governo, a iniciativa privada entra com no mínimo R\$ 4, em média. Esse instrumento também oferece ferramentas de hedge cambial para mitigar o risco associado à flutuação do câmbio, especialmente em economias emergentes como o Brasil, onde existe esse tipo de volatilidade.

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, destacou a importância da nova rodada principalmente em relação aos biofertilizantes, área na qual o país é dependente de produtos importados, e também nos minerais críticos, tema que ganhou tração nos últimos meses.

O governo tem dito que a ideia é investir no setor para que o Brasil não seja "apenas" um exportador de commodities como as terras-raras, cobijadas pela indústria de tecnologia, mas sim de produtos produzidos com esses minerais que tenham valor agregado mais elevado.

— E não faz sentido reduzir a dependência nessa área com base meramente nos fertilizantes, mas já olhar para a categoria dos biofertilizantes, porque lá na frente isso vai ser uma preocupação. Sistemas de baterias, minerais críticos e veículos elétricos, o Brasil tem uma vantagem importante, o mundo busca os minerais críticos, é importante apoiar o investimento nesse setor — falou.

São considerados críticos aqueles minerais essenciais para setores-chave da economia e cuja oferta está concentrada em poucos países ou sujeita a instabilidades. Entram nessa lista o lítio, o nióbio, o cobalto, o grafite e as próprias terras-raras. No caso do lítio, fundamental para baterias de carros elétricos, o Brasil detém cerca de 8% das reservas mundiais. Já em nióbio, usado na produção de ligas metálicas de alta resistência para a indústria e para o setor aeroespacial, o país responde por 93,1% das reservas globais.

— O que o Eco Invest está fazendo? Está estimulando aquilo que é fundamental, que é a agregação de valor. Ou seja, o país não pode ser um exportador de minerais críticos, mas ter a capacidade de processar, industrializar, utilizar esse material crítico e, portanto, vender produtos com maior valor agregado. Isso reduz a pressão sobre o meio ambiente (7:29) e isso reduz a pressão sobre a mineração — falou o ministro do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco.

Para Durigan, existe uma "expectativa dos países de economia desenvolvida de acessar os mercados" de minerais críticos e terras raras do Brasil, ainda que hoje a China esteja "muito à frente" nessas reservas.

— Dentro dessa corrida, pelo fato da China estar à frente no desenvolvimento tecnológico, todos os países do mundo, da América do Norte ou os europeus, e mesmo alguns países asiáticos, têm olhado para o Brasil dizendo "poxa, a gente sabe que vocês têm grandes reservas, a gente gostaria de fazer parcerias com o Brasil". E o que nós temos dito, tanto o presidente Lula quanto eu, é que são muito bem-vindas (as parcerias) desde que obedeçam os critérios de um país soberano, que é o Brasil, que diz que os minerais críticos são propriedade do povo brasileiro, da União, e que a gente não quer simplesmente repetir o passado de exportar a commodity de maneira bruta.

No evento, realizado em São Paulo, foram divulgados os resultados do quarto leilão do Eco Invest, que foi voltado à bioeconomia, ao turismo sustentável e à infraestrutura habilitante na Amazônia Legal. Dos oito bancos que apresentaram propostas, foram selecionados quatro: Bradesco, BTG Pactual, Banco do Brasil e ABC Brasil. Foram homologados R\$ 3,1 bilhões em capital na linha principal, que

vão viabilizar cerca de R\$ 13,2 bilhões em investimentos totais, incluindo R\$ 7,2 bilhões com captação internacional.

O eixo que mais concentrou volume de recursos foi o da infraestrutura, com R\$ 7,8 bilhões, enquanto o da bioeconomia ficou com R\$ 4,4 bilhões. O turismo sustentável deverá receber cerca de R\$ 900 milhões para iniciativas ligadas ao turismo ecológico, unidades de conservação e turismo de base comunitária.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 25/05/2026

NOVAS REGRAS DO CIOT ENTRAM EM VIGOR E AMPLIAM FISCALIZAÇÃO DO FRETE RODOVIÁRIO; ENTENDA

Código passa a abranger praticamente todas as operações remuneradas de transporte rodoviário de cargas no país

Por O Globo — Rio de Janeiro

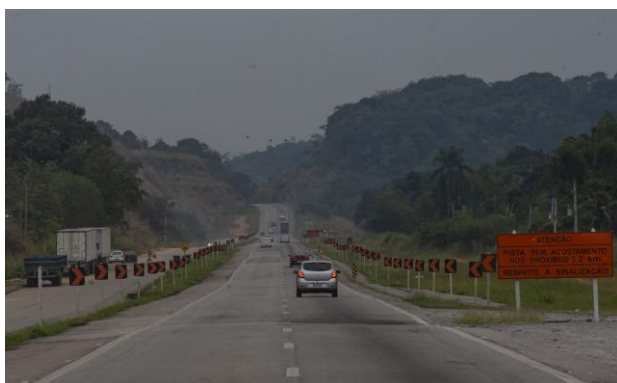


Imagem de arquivo — Foto: Hermes de Paula

As novas regras do Código Identificador da Operação de Transporte (CIOT) entram em vigor neste domingo, às 18h, ampliando a obrigatoriedade do cadastramento das operações de transporte rodoviário remunerado de cargas em todo o país.

A mudança, implementada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, reforça os mecanismos de rastreabilidade, fiscalização e validação do Piso Mínimo de Frete nas operações do setor.

Para auxiliar empresas e transportadores na adaptação ao novo modelo, a ANTT criou uma área específica em seu portal chamada “CIOT para Todos”, reunindo documentos técnicos, perguntas frequentes e orientações operacionais sobre as mudanças.

Segundo a agência, o material inclui informações sobre integração dos sistemas, modalidades de transporte, emissão do código e responsabilidades das partes envolvidas na contratação do frete.

O CIOT funciona como um registro eletrônico obrigatório das operações de transporte rodoviário remunerado de cargas. Cada operação gera um código próprio, que reúne informações como contratante do frete, transportador responsável, veículos utilizados, origem e destino da carga, valor pago e tipo da operação.

Na prática, o sistema permite maior rastreabilidade das informações declaradas e também auxilia na fiscalização do pagamento correto do frete ao transportador autônomo.

Com as novas regras, o código passa a ser obrigatório para praticamente todas as operações de transporte remunerado de cargas. As exceções previstas são os casos envolvendo veículos não emplacados e operações de transporte de cargas especiais.

Além da ampliação da obrigatoriedade, o novo modelo também endurece os mecanismos de validação das informações declaradas, incluindo conferência automática do Piso Mínimo de Frete nos casos em que a regra se aplica.

De acordo com a ANTT, a documentação técnica para integração dos sistemas foi disponibilizada cerca de 30 dias antes da entrada oficial em produção. Desde então, instituições homologadas e empresas do setor vêm realizando adequações e testes operacionais.

As Instituições de Pagamento já homologadas pela agência estão autorizadas a operar o novo modelo. Empresas transportadoras também iniciaram testes de integração com a API disponibilizada pela autarquia federal.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 25/05/2026

A DECISÃO DE ALEXANDRE DE MORAES QUE ATRAPALHA A GESTÃO DA CRISE DE FLÁVIO BOLSONARO-VORCARO

Por Rafael Moraes Moura — Brasília



O ex-presidente Jair Bolsonaro e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes — Foto: Fotos de Brenno Carvalho/O Globo e Sergio Lima/AFP

Uma decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, em vigor há quase quatro meses, criou um obstáculo que vem dificultando o gerenciamento da crise provocada pelos áudios e mensagens trocados entre o pré-candidato do PL à Presidência, Flávio Bolsonaro (RJ), com o dono do Banco Master, Daniel Vorcaro,

sobre o repasse de R\$ 61 milhões para o filme “Dark Horse”.

Desde 29 de janeiro deste ano, por decisão de Moraes, o presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, está proibido de se encontrar com Bolsonaro. A alegação do ministro é de que ele segue sendo investigado no âmbito do caso da trama golpista, o mesmo que levou à condenação do ex-chefe do Executivo a 27 anos e três meses de prisão.

Entre dirigentes do PL, em especial os que preferiam abandonar a candidatura de Flávio Bolsonaro em favor de Michelle, a decisão de Alexandre inviabiliza uma conversa de Jair com Valdemar, que na cúpula do partido é visto como a única pessoa capaz de convencer o ex-presidente a trocar de candidato à Presidência.

Segundo aliados, o presidente do PL também prefere Michelle a Flávio, mas nunca vai admitir em público e nem contrariar Bolsonaro. Valdemar sempre repete que foi o capital eleitoral do ex-presidente quem lhe deu a maior parte da bancada e, portanto, dos fundos públicos aos quais o partido tem direito.

Como os dois não podem conversar, Bolsonaro só tem acesso a informações sobre o cenário político pela imprensa, pelos filhos e pela mulher, Michelle, que não se dão bem e na prática disputam o espólio político de Jair.

Mesmo considerando que seria muito difícil ou até impossível o ex-presidente desistir da candidatura do filho em favor da mulher, lideranças do PL acreditam que ele poderia mudar de avaliação se pudesse discutir o caso em detalhes com aliados de confiança.

Bolsonaro, que vive com a ex-primeira-dama Michelle, pode receber visitas de seus advogados, filhos e de sua equipe médica – mas não dos dirigentes do PL nem das principais lideranças partidárias no Congresso.

Para integrantes da legenda ouvidos reservadamente pelo blog, Moraes “segue usando sua caneta para impedir comunicações e estratégias do PL”, o que em momentos críticos como o atual pode ser fatal para a direita.



O impacto do escândalo já se reflete nas pesquisas eleitorais.

A pesquisa Datafolha divulgada nesta sexta-feira (22) mostrou que Lula passou a superar numericamente Flávio nas simulações de segundo turno (47% a 43%) na esteira do caso “Dark Horse”. No levantamento anterior, da semana passada, com a maioria das entrevistas realizadas antes do escândalo vir à tona, os dois estavam tecnicamente empatados, com 45%.

Moraes considerou pedido ‘incabível’

Duas semanas antes de Moraes barrar a visita de Valdemar, Bolsonaro havia sido transferido em 15 de janeiro para o 19º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal, conhecido como “Papudinha”, por estar localizado dentro do Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília.

À época, ao analisar uma petição dos advogados de Valdemar, Moraes concluiu ser “incabível o pedido de visitação” formulado pelo dirigente partidário pelo fato de Valdemar “ser investigado no âmbito das mesmas imputações realizadas ao custodiado”, no âmbito da trama golpista.

Diante do agravamento do quadro de saúde de Bolsonaro, Moraes transferiu o ex-presidente para a prisão domiciliar em março deste ano, mas as restrições de visitas foram mantidas.

Investigação reaberta

A situação de Valdemar no caso da trama golpista passou por uma série de reviravoltas que ajudam a explicar a deterioração de sua relação com Alexandre de Moraes.

Em novembro de 2024, a Polícia Federal indiciou o presidente do PL no bojo das investigações que levaram Bolsonaro à cadeia, mas a Procuradoria-Geral da República (PGR) acabou decidindo não denunciá-lo depois, o que foi recebido com alívio no entorno bolsonarista.

Em outubro do ano passado, no entanto, houve uma nova reviravolta. Um mês depois de Bolsonaro ser condenado, os ministros da Primeira Turma do STF decidiram reabrir uma investigação contra Valdemar por organização criminosa e tentativa de abolição violenta do Estado democrático de direito por conta da contratação do Instituto Voto Legal (IVL).

O IVL, presidido pelo engenheiro Carlos Rocha, deu amparo legal à ofensiva do PL para contestar as urnas eletrônicas e tentar anular o resultado do segundo turno das últimas eleições presidenciais. Rocha também foi condenado pela Primeira Turma do STF a 7 anos e seis meses de prisão.

Antes de entrar na mira de Moraes e ser proibido de se encontrar Bolsonaro, Valdemar chegou a atuar em parceria com o ministro do STF em 2021, ao articular a derrocada do voto impresso, trocando os membros do PL de uma comissão que analisou o tema.

Leia também: A estratégia da campanha de Flávio Bolsonaro para contrato de financiamento de filme
Em 2022: TSE já proibiu exibição de filme sobre Bolsonaro durante eleições
À época, Moraes chamou Valdemar de “grande parceiro da Justiça Eleitoral” numa audiência reservada na sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A parceria, pelo visto, não existe mais.

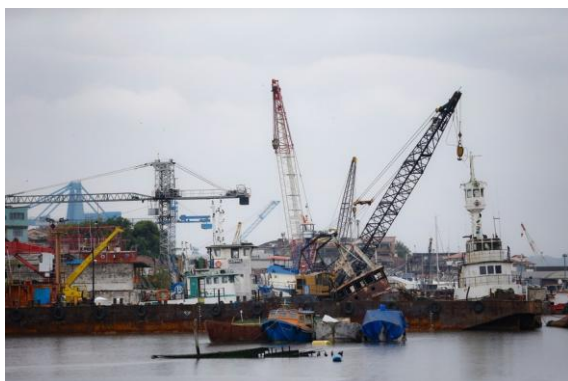
Fonte: O Globo - RJ

Data: 25/05/2026

PRODUZIR NO ESTADO DO RIO CUSTA R\$ 274,8 BI A MAIS POR ANO ÀS EMPRESAS, APONTA ESTUDO

Informalidade, carga tributária, insegurança e crédito caro pesam sobre o ambiente de negócios fluminense acima do padrão médio da OCDE, estima Firjan. Valor chega a 20% do PIB do estado

Por Carolina Nalin — Rio de Janeiro



Indústria naval em Niterói, no estado do Rio de Janeiro — Foto: Roberto Moreyra / Agência O Globo

Abrir uma empresa, investir ou ampliar operações no Rio de Janeiro custa mais caro do que deveria. Um estudo da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) calcula que certos gargalos com tributação, insegurança, crédito caro e burocracia adicionam R\$ 274,8 bilhões por ano ao custo das empresas fluminenses. O valor representa 20% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado, ou seja, a soma dos bens e serviços produzidos na região.

As informações fazem parte do levantamento "Custo Rio", que compara o ambiente de negócios fluminense ao padrão médio dos estados brasileiros e dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O material está sendo lançado nesta segunda-feira (25), dia da Indústria, em evento na sede da Firjan, no centro da cidade.

A análise divide os desafios em seis frentes, sendo eles tributação, ambiente jurídico-regulatório, infraestrutura, capital humano, financiamento dos negócios e segurança pública.

Esses eixos se desdobram em dezoito indicadores que dimensionam os desafios do ambiente de negócios, desde o custo do crédito e da logística até judicialização trabalhista, ilegalidade e complexidade dos impostos. Pela comparação estadual, o Rio está acima da média dos países da OCDE.

'Custo Rio'

O peso extra anual sobre as empresas fluminenses	
Eixo	Custo por ano
Tributos e informalidade	R\$ 93,1 bi
Ambiente jurídico-regulatório	R\$ 42,8 bi
Infraestrutura	R\$ 40,6 bi
Capital humano	R\$ 35,5 bi
Crédito e financiamento	R\$ 31,9 bi
Segurança pública e ilegalidade	R\$ 31,1 bi

Fonte: Federação das Indústrias do Estado do Rio (Firjan)

O maior gargalo que afeta os setores da economia fluminense é o eixo "honrar tributos", que sozinho responde por R\$ 93,1 bilhões do custo total. Desse montante, R\$ 44,4 bilhões estão ligados à informalidade da economia do Rio.



O valor chega até a ser superior ao peso da alta carga tributária, estimado em R\$ 43,6 bilhões. Já a complexidade tributária responde por outros R\$ 5 bilhões.

Segundo o presidente da Firjan, Luiz César Caetano, o Rio de Janeiro tem diversos ativos considerados diferenciais competitivos, mas também tem gargalos que encarem a entrada das empresas no mercado, a produção e o investimento.

"Não podemos aceitar que os empresários fluminenses paguem, ao ano, R\$ 275 bilhões a mais do que, em média, pagam os empreendedores dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, a OCDE, por conta de entraves estruturais", disse ele.

Custo jurídico e regulatório

Abrir e operar um negócio no Rio de Janeiro esbarra em aspectos jurídicos e regulatórios que adicionam R\$ 42,8 bilhões por ano ao ambiente produtivo fluminense. Segundo a Firjan, o Rio tem o oitavo maior custo jurídico-regulatório do país.

Burocracia regulatória, grande interferência estatal e lentidão do Judiciário são alguns dos aspectos citados pela entidade como desafios. O tempo médio para uma sentença de primeira instância no estado é três vezes maior que a média dos países da OCDE, aponta o levantamento.

Gastos ligados à burocracia e à complexidade regulatória somam R\$ 24,4 bilhões por ano, enquanto a interferência estatal adiciona outros R\$ 15 bilhões, o maior custo observado entre os estados brasileiros.

Por outro lado, o estudo aponta que o Rio possui vantagens relativas em capital humano na comparação com outros estados. A despesa com encargos trabalhistas no Rio não é tão pesado nesse confronto. Chega a R\$ 19,3 bilhões por ano, o equivalente a 1,4% do PIB estadual, mas 46% inferior à média das regiões Sul e Sudeste.

A razão para isso é o nível de mão de obra qualificada, explica a entidade. Ainda assim, o estado permanece distante dos padrões médios da OCDE. Isso não significa, porém, que a judicialização trabalhista seja baixa. O custo com processos na área é estimado em R\$ 4,5 bilhões anuais.

Vantagens logísticas não compensam entraves

O Rio ainda possui ativos competitivos em logística, conectividade. Segundo a Firjan, o estado possui um dos menores déficits de conectividade do país e custos logísticos melhores do que os de 24 estados brasileiros. Ainda assim, são insuficientes para neutralizar os gargalos estruturais do estado.

— O Rio tem uma malha diversificada. Mais de 50% do PIB brasileiro está num raio de 500 quilômetros, o que faz com que o estado tenha uma posição privilegiada no custo logístico — afirma Jonathas Goulart, economista-chefe da Firjan.

Nem todos os custos de infraestrutura, porém, são competitivos. O Rio tem a tarifa de energia mais cara do país e custo do gás natural cerca de 30% superior ao de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

O custo do 'medo'

A insegurança e a ilegalidade também pesam sobre o ambiente de negócios, com uma estimativa de gerar um custo adicional de 31,1 bilhões por ano com segurança pública e privada. Desse total, R\$ 21,4 bilhões estão ligados às perdas provocadas pelo comércio ilegal, enquanto R\$ 9,7 bilhões vêm de despesas associados à insegurança.

O roubo de cargas no Rio é oito vezes maior que a média nacional. Segundo o estudo, há 19 roubos de carga por cem mil habitantes.

Situação fiscal do Rio agrava custo de financiar negócios

Financiar o crescimento das atividades é o quinto eixo mais crítico apontado pelo levantamento. O custo adicional ligado ao crédito chega a R\$ 31,9 bilhões anuais, segundo a Firjan.

Para Goulart, parte desse peso está ligado ao ambiente macroeconômico brasileiro, uma vez que os desequilíbrios na política fiscal levam a uma taxa de juros real elevada no Brasil. Não por acaso o spread da dívida brasileira é mais alto em relação aos países da OCDE, lembra o economista.

O Rio tem hoje R\$ 19,2 bilhões em custos anuais associados ao risco fiscal do estado. O levantamento aponta ainda que o estado possui a pior nota de crédito entre as unidades da federação e o maior nível de endividamento do país.

A situação fiscal do próprio estado, no entanto, agrava toda essa percepção de risco, explica o economista-chefe da Firjan. O Rio tem R\$ 19,2 bi de custos anuais ligados ao risco fiscal do estado. Tem ainda a pior nota de crédito entre os estados e o maior nível de endividamento do país, segundo o levantamento.

O custo do spread da dívida no Rio é mais de três vezes superior ao observado nos estados mais eficientes do ranking.

— O Rio acaba sendo visto como o estado mais arriscado para investir por conta da situação financeira do estado — afirma Goulart. — A dívida pública do estado está muito acima da média das outras unidades da federação, e nos últimos anos isso ficou muito claro com o regime de recuperação fiscal. Isso acaba fazendo com que o Rio tenha uma nota de crédito pior.

Na avaliação de Goulart, reduzir o “custo Rio” passa por uma política fiscal responsável que seja de abrir espaço no orçamento para ampliar investimentos públicos. Isso inclui desde obras de infraestrutura e melhorias logísticas até gastos em capital humano e tecnologia, importante para o ganho de produtividade. Investir em tecnologia ajuda, ainda, na redução da violência e da informalidade, acrescenta:

— Resolver nossos problemas “macro” é o que vai solucionar a nossa questão fiscal e é o que vai permitir abrir espaço para resolvermos também os nossos problemas “micro” — conclui.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 25/05/2026

MINISTÉRIO DO TRABALHO VAI À JUSTIÇA PARA OBRIGAR ANVISA A PROIBIR USO DO HERBICIDA MAIS VENDIDO NO MUNDO

Glifosato é um dos mais usados pelo agronegócio brasileiro. Ação cita revisão de revista científica sobre estudo que isentava substância de efeitos prejudiciais à saúde. Proibição afetaria gigantes como a alemã Bayer

Por Bloomberg — São Paulo



Campo parcialmente trabalhado durante a colheita de soja e milho na Bahia: glifosato é muito usado pelo agro brasileiro — Foto: Dado Galdieri/Bloomberg

Procuradores do trabalho estão processando a Anvisa e o governo federal para obrigá-los a proibir o uso do glifosato, herbicida mais vendido do mundo e usado pelo agronegócio brasileiro, com restrições. O movimento pode representar um duro golpe para empresas químicas que atuam no país, que é uma potência agrícola e a maior economia da América Latina.



Uma divisão especial do Ministério Público do Trabalho encarregada da proteção dos direitos dos trabalhadores entrou com ação judicial na sexta-feira pedindo a proibição do registro de produtos que contenham glifosato e seus derivados pela agência reguladora.

A ação também busca impedir autorizações para produção, exportação, importação, comercialização e uso do ingrediente ativo e de seus compostos, citando riscos à vida humana, à saúde ocupacional e ao ambiente de trabalho.

Não é a primeira ação desse tipo no Brasil. Em 2023, procuradores do trabalho pediram à Justiça a proibição do uso do ingrediente atrazina em pesticidas, mas nenhuma decisão final foi tomada.

O eventual cancelamento do registro do glifosato no Brasil afetaria empresas como a alemã Bayer e outras companhias que utilizam o ingrediente ativo em algumas formulações desde a expiração de sua patente, em 2000.

A Anvisa não respondeu imediatamente a pedidos de comentário da agência Bloomberg. A Advocacia-Geral da União (AGU), que representa o governo federal na Justiça, também não.

A ação brasileira ocorre meses após a revista científica *Regulatory Toxicology and Pharmacology* retirar um estudo de décadas atrás que afirmava que o uso do glifosato não apresentava riscos à saúde, depois que vieram à tona “potenciais conflitos de interesse dos autores”.

O relatório fazia referência específica ao herbicida Roundup, da Bayer, normalmente utilizado em larga escala na agricultura e, até recentemente, em produtos para gramados e jardinagem nos EUA.

Os procuradores brasileiros afirmaram que o estudo agora retirado dos arquivos da revista foi usado por agências reguladoras em todo o mundo como referência para permitir o registro e a venda do glifosato. A ação também cita estudos que apontam resíduos da substância na água potável como ameaça à saúde humana.

Em março de 2015, a Agência Internacional de Pesquisa sobre o Câncer classificou o glifosato como “provavelmente cancerígeno para humanos”.

"Trata-se de uma questão de saúde pública", afirmou o procurador Leomar Daroncho em comunicado. "A autoridade competente deve adotar medidas para reavaliar os riscos quando houver alerta ou advertência contra o uso de pesticidas por parte de organismos internacionais responsáveis pela saúde."

Reação ao movimento Maha

A aplicação do herbicida amplamente utilizado também se tornou foco de disputa política nos EUA, irritando apoiadores do movimento “Make America Healthy Again” (Maha, Faça a América Saudável de Novo), liderado por Robert F. Kennedy Jr. Eles estão frustrados porque advogados do governo Trump pediram à Suprema Corte que proteja a Bayer de responsabilizações por “falha em alertar” sobre os efeitos nocivos do glifosato.

Um grande número de ações judiciais foi aberto nos EUA alegando que o uso de glifosato — incluindo em produtos da linha Roundup fabricados pela Bayer — pode causar linfoma não Hodgkin e mieloma múltiplo.

A empresa alemã conta com a Suprema Corte para reduzir o volume dessas ações e ajudar a conter uma disputa judicial que já dura uma década e custou mais de US\$ 10 bilhões (R\$ 50,2 bilhões) à companhia. No fim de 2025, as provisões e passivos da Bayer relacionados aos litígios envolvendo glifosato somavam US\$ 11,3 bilhões (R\$ 56,8 bilhões).

Bayer nega razão para preocupação

Em comunicados públicos, a Bayer afirma que não há motivo para preocupações de segurança relacionadas aos produtos com glifosato.

Em 2016, a Bayer concordou em adquirir a americana Monsanto, empresa que popularizou o uso do glifosato nos anos 1970. Com o tempo, o ingrediente ativo se tornou a substância mais utilizada no mundo para controle de ervas daninhas.

Em 1996, a Monsanto lançou uma soja geneticamente modificada projetada para sobreviver mesmo após pulverização com o herbicida. Posteriormente, sementes de milho, algodão e canola também passaram a incorporar essa tecnologia.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 25/05/2026

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

MERCOSUL-UE: ARGENTINA E URUGUAI ESGOTAM COTAS DE ARROZ E OVOS E ACENDEM ALERTA NO BRASIL

Países vizinhos aproveitaram critério transitório e esgotaram integralmente as cotas isentas de tarifas para os produtos neste primeiro mês de vigência do tratado, iniciado em 1º de maio

Por Guilherme Nannini

A falta de consenso sobre a divisão interna das cotas agrícolas do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia gerou a primeira disputa direta entre os países do bloco sul-americano. Aproveitando o critério transitório First-In, First-Out (Fifo), segundo o qual preenche o teto quem registrar as exportações primeiro, a Argentina e o Uruguai esgotaram integralmente as cotas isentas de tarifas para produtos como arroz e ovos nesse primeiro mês de vigência do tratado, iniciado em 1º de maio.

O movimento frustrou novas solicitações de licenças de exportadores brasileiros e expôs as assimetrias operacionais na largada do livre-comércio transatlântico.



Segundo dados divulgados por autoridades, a cota para 2026 de arroz do Mercosul para a União Europeia, de 6.667 toneladas, já foi preenchida Foto: Robyn Beck/AFP

Segundo dados divulgados por autoridades regionais na última semana, a cota anual de 6.667 toneladas de arroz destinada ao bloco para 2026 foi totalmente preenchida.

Servidora do Ministério de Economia e Finanças do Uruguai, Valeria Csukasi detalhou em sua conta na rede social X que o país capturou 63% desse volume total,

feito também celebrado pelo presidente do país, Yamandú Orsi. O restante da cota de arroz foi coberto pela Argentina.

No segmento de ovos, o ministro da Desregulação e Transformação do Estado da Argentina, Federico Sturzenegger, informou que os produtores argentinos garantiram 100% da cota com preferência tarifária para o mercado europeu, além de uma fatia expressiva no mercado de mel.

Segundo o ministro, o desempenho foi impulsionado pela agilidade da nova guia digital da Janela Única de Comércio Exterior (VUCE) argentina, lançada no dia 3 de maio.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 25/05/2026

CSN SE MOVIMENTA PARA INCLUIR TAXAÇÃO DA FOLHA METÁLICA EM NEGOCIAÇÕES ENTRE BRASIL-EUA

Cálculos da empresa indicam que, voltando a exportar para o mercado americano impacto no Ebitda seria de R\$ 400 mi

Por Karla Spotorno (Broadcast) e Talita Nascimento (Broadcast)



Unidade da CSN, em Volta Redonda: mobilização para que o governo brasileiro inclua produto nas conversas com a Casa Branca Foto: Marcos Arcoverde/Estadão

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) se movimenta para colocar a taxaço do governo do Estados Unidos sobre folhas metálicas importadas na pauta das discussões entre o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) do Brasil com os representantes do governo do presidente Donald Trump.

Nas contas da CSN, se a empresa voltasse a exportar aços galvanizados, pré-pintados e folhas metálicas aos EUA, o impacto positivo anual em sua geração de caixa seria de cerca de R\$ 400 milhões. Para a companhia, a alta da inflação americana, provocada, inclusive, por tarifas comerciais, dá ao Brasil um bom argumento na defesa da redução de alíquotas para produtos brasileiros.

Desde que a tarifa de 50% passou a ser aplicada a produtos de aço importados pelos EUA, as exportações da CSN para os EUA deixaram de ser viáveis. O diretor executivo responsável pela área comercial e de logística de siderurgia da companhia, Luis Fernando Martinez, conta que a empresa chegou a exportar, entre materiais revestidos, zincados e folhas metálicas, cerca de 300 mil toneladas por ano aos EUA. Destas 40 mil a 50 mil toneladas por ano eram de folhas metálicas, material usado na confecção de latas de alimentos.

No entanto, ele afirma que a empresa tem capacidade para exportar, no curto prazo, 200 mil toneladas. “Temos capacidade de voltar a exportar hoje 200 mil toneladas. Nossa capacidade produtiva é de, praticamente, 800 mil toneladas por ano e vendemos cerca de 400 mil toneladas no mercado interno”, afirmou Martinez à Broadcast.

Para ele, o País tem hoje uma oportunidade de colocar esse produto nas discussões junto ao governo americano sobre a seção 232, pois a economia dos EUA tem sentido o efeito dessas tarifas no aumento de preços de produtos nos supermercados, tema sensível para o presidente Trump.

Em reportagem recente do New York Times, por exemplo, foi mostrado que as latas - feitas com folha metálica - representam cerca de um terço do preço de frutas ou vegetais enlatados. Em março, esses produtos custavam 5,7% a mais do que um ano antes. Para efeito de comparação, o aumento geral de preços de alimentos consumidos em casa nos EUA no período foi de 2%, segundo dados do governo. O ponto é que as importações de folhas metálicas continuaram acontecendo mesmo com a tarifa de 50%, pois a indústria americana ainda não tem condições de atender a toda a demanda.

O diretor geral da CSN LLC, Jerry Richardson, relatou que demanda por esse produto é de 2 milhões de toneladas por ano e que a produção nacional é de apenas 600 mil toneladas. “Falta produto no mercado americano”, disse à Broadcast em entrevista, no escritório em Nova York .

Para os antigos clientes da CSN nos EUA, Richardson diz que o momento é desafiador: eles precisam do produto, não conseguem comprar tudo no mercado doméstico e enfrentam o encarecimento do importado. Com a tarifa “proibitiva” de 50%, Martinez conta que a CSN acabou zerando as exportações. Ele diz que pela ausência de negociações bilaterais do Brasil com os EUA nesse ponto e também em função de custos impostos à indústria nacional, a margem do produto brasileiro não

sobreviveu à taxaço, nem à competiço com alguns dos atuais maiores vendedores do produto aos EUA: Alemanha, Países Baixos e China.

Rentabilidade

Ele calcula que, se a companhia voltasse a exportar, por ano, cerca de 200 mil toneladas de aços galvanizados e pré-pintados, mais 200 mil toneladas de folha metálica - quantidade bem superior à média pré-tarifa, de 50 mil toneladas - o impacto no Ebitda da companhia seria de R\$ 400 milhões.

Na última interação entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Trump, as tarifas foram assunto central. Na reunião do dia 7 de maio, eles acertaram um prazo de 30 dias para negociar os termos de um acordo que agrade as duas economias.

Nos EUA, a CSN também se movimenta para destravar a discussão, tendo, inclusive, buscado empresas especializadas em lobby - atividade regulamentada no país - para levar o assunto às autoridades. No entanto, os próprios especialistas sinalizam que sem um movimento do governo brasileiro nesse sentido, qualquer tentativa de pautar o assunto fica mais fraca. A companhia tenta agenda com o MRE e Mdic para a primeira semana de junho.

Fontes do governo brasileiro afirmaram à Broadcast que o tema tem sido tratado com diversos setores produtivos do País e que, com as negociações em curso, não é possível falar de produtos específicos. No entanto, os pleitos têm sido ouvidos e avaliados para, eventualmente, serem pautados nas mesas de negociação. Procurados, o MRE e o Mdic não comentaram até o fechamento desta reportagem.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 25/05/2026

OPINIÃO - BANCO CENTRAL NÃO DÁ PISTAS SOBRE FUTURO DO BRB, MAS SITUAÇÃO DO BANCO PÚBLICO PERMANECE INCERTA

BRB consegue apenas R\$ 1 bilhão de aporte do governo do governo do Distrito Federal, às vésperas de fim do prazo dado ao Banco Central

Por Alvaro Gribel

O Banco Central contornou todas as perguntas feitas sobre o BRB na coletiva de imprensa feita nesta segunda-feira, 25, para a divulgação do Relatório de Estabilidade Financeira. O argumento legal é de que o BC não pode comentar casos específicos, mas que monitora diariamente a situação do BRB e das demais instituições financeiras do País.

Em fevereiro, o banco público havia dado o prazo até 29 de maio, próxima sexta-feira, para apresentar uma solução ao Banco Central sobre a sua crise patrimonial e a falta de divulgação de seu balanço. O BRB está sob efeitos da resolução 4019, uma espécie de "cartão amarelo" dado pelo BC, e vem pagando multa diária de R\$ 50 mil por não abrir os seus números.



O que o presidente do BC, Gabriel Galípulo, e o diretor de Fiscalização, Ailton de Aquino, afirmaram é que as conversas com o banco público têm sido contínuas, mas que não há um gatilho, data ou indicador específico que possa levar o BC a tomar qualquer tipo de medida extrema contra o BRB.

O presidente do BC, Gabriel Galípulo, durante entrevista coletiva após a divulgação do Relatório de Estabilidade Financeira (REF) Foto: Wilton Junior/Estadão

O que já se sabe é que o BRB está com o seu índice de Basileia desenquadrado, ou seja, não tem patrimônio suficiente para amenizar o risco dos seus ativos. Esse é um indicador de prudência do sistema financeiro mundial, mas, questionado, a cúpula do BC afirmou que não há prazo ou limite legal para que qualquer banco solucione esse desenquadramento.

O risco para o BRB, agora, é de que a crise patrimonial se transforme em uma crise de liquidez. Nesta segunda-feira, 25, como mostrou o Estadão, o governo do DF conseguiu fechar negócio com o BTG para captar R\$ 1 bilhão em securitização de dívidas. Em paralelo, também recebeu R\$ 1 bilhão de venda de ativos do Master em um negócio envolvendo a gestora Quadra Capital.

Os números somados, contudo, não resolvem o buraco do BRB, porque houve a compra de R\$ 12 bilhões em créditos podres, que depois foram trocados por outros ativos que ninguém sabe o quanto valem. É por isso que o BRB não divulga o seu balanço, para não ter de informar aos seus correntistas qual o tamanho do buraco do banco.

Ainda que o BC não dê pistas, a situação do BRB permanece incerta. O banco precisa apresentar balanço e conseguir recursos do seu acionista para tapar um rombo bilionário. Sem isso, dificilmente terá capacidade de continuar operando.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 25/05/2026



VALOR ECONÔMICO (SP)

PRIVATIZAÇÃO DA COPASA RECEBE PROPOSTA DA EQUATORIAL E DE CONSÓRCIO DE SÓCIOS DA AEGEA, DIZEM FONTES

Copasa prevê venda de 30% das ações a um acionista estratégico, vaga que será disputada pelos dois concorrentes

Por Taís Hirata e Fernanda Guimarães, Valor — São Paulo



Copasa tem aval do TCE para lançar oferta de privatização — Foto: Divulgação

Um consórcio formado por Equipav, o fundo soberano de Cingapura (GIC) e Itaúsa, com uma participação de 1% da Aegea, e a empresa do setor elétrico Equatorial deverão disputar a posição de acionista de referência da mineira Copasa (Companhia de Saneamento de Minas Gerais), apurou o Valor com fontes próximas à transação, que falaram na condição de anonimato.

As propostas foram entregues nesta segunda-feira (25) na B3, e os envelopes apenas serão abertos na próxima quarta-feira (27), quando o ganhador será divulgado ao mercado. A Equatorial entra na disputa sem a Sabesp, empresa em que é sócia desde a privatização da companhia de saneamento paulista, que era um nome esperado no certame mas que acabou ficando de fora.

No mercado, havia dúvidas sobre a entrada da Equatorial na disputa após a desistência da Sabesp. As duas companhias vinham estudando o projeto juntas, e sua desistência foi recebida com surpresa. Conforme fontes, sua decisão ocorreu para que possa focar nos investimentos em São Paulo, em especial as concessões regionais que estão sendo desenhadas pelo governo paulista, que segue sócio relevante da ex-estatal.



A Equatorial contratou o Bradesco BBI como assessor financeiro nesse processo, segundo fontes.

A Aegea e a Itaúsa confirmaram, por meio de fato relevante, nesta segunda (25), a oferta. O consórcio já era dado como certo no mercado, a dúvida era qual seria a participação da operadora em si. Segundo comunicado da Itaúsa, o grupo terá fatia de 33% para cada acionista, além do 1% da empresa. A Aegea já tinha dito que entraria em sociedade com suas acionistas. A companhia entrou com uma participação menor devido a seu alto nível de alavancagem financeira, situação que neste ano já colocou a empresa sob o alerta de investidores.

Segundo fontes, além da escala e da qualidade do negócio, um dos fatores que gerou interesse do grupo na privatização é a perspectiva de usar a Copasa para uma oferta pública inicial de ações (IPO) reverso, que é um atalho para que uma empresa de capital fechado entre na Bolsa através da aquisição de uma companhia listada. A Aegea é candidata a um IPO já há alguns anos e pretendia fazer a oferta neste ano, mas acabou segurando a operação por conta da crise desencadeada pelo atraso nos balanços de 2025.

O cronograma da oferta prevê que o acionista de referência seja anunciado na quarta-feira (27), conforme antecipado pelo Valor. Vencerá o grupo que tiver apresentado o maior valor por ação. Em caso de empate, haverá uma rodada de disputa presencial em que cada um poderá aumentar sua oferta.

No dia seguinte, começa o processo de “bookbuilding”, com a distribuição de outros 15% das ações pelo mercado. Esta etapa deverá durar até as 14h do dia 1º e, na terça (2), será fechada a precificação da oferta.

Apesar da apresentação de proposta pela vaga de sócio de referência, o processo ainda prevê a possibilidade de a Copasa ter seu capital totalmente diluído, tornando-se uma “corporation” (empresa sem controle definido). Isso poderá acontecer caso o preço oferecido na segunda rodada, em que serão ofertados os 15% ao restante do mercado, seja superior à proposta do candidato a acionista estratégico. Nessa hipótese, a figura do sócio de referência seria “expulsa” do processo, e o Estado também sairia totalmente do capital da Copasa — caso haja sócio de referência, o governo ficará com 5%.

Na oferta de ações, o investidor de referência poderá ainda ampliar sua posição.

A oferta, no entanto, vai ocorrer em um momento de alta volatilidade do mercado e de aversão ao risco, na contramão de um início de ano em que o investidor estrangeiro irrigou a bolsa brasileira com recursos.

O processo de privatização da Copasa foi lançado na noite da última quarta-feira (20), com o objetivo de vender ao menos 45% das ações do governo mineiro na empresa. Hoje, o Estado detém uma fatia de 50,03%.

Privatizações de estatais listadas por meio de ofertas subsequentes de ações (“follow-on”) tem sido um caminho recorrente. Há dois anos foi esse o caminho trilhado pela Sabesp, com a própria Equatorial ficando como acionista de referência da empresa. Antes, a Eletrobras, hoje Axia, foi desestatizada por meio de uma oferta de ações na bolsa.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 25/05/2026

CONTROLADORES DA MILLS ASSINAM ACORDO COM FRANCESA LOXAM PARA VENDER PARTICIPAÇÃO POR R\$ 2 BI

“A família fundadora da Mills sempre sonhou em perpetuar o seu legado na companhia aproximando-a de players relevantes globais”, afirma a empresa, em comunicado enviado à CVM

Por Felipe Laurence, Valor — São Paulo



— Foto: Julio Bittencourt/Valor

A Mills anunciou nesta segunda-feira (25) que seus acionistas controladores chegaram a um acordo para vender sua participação na companhia para a francesa Loxam por aproximadamente R\$ 2 bilhões.

Segundo a companhia, a Loxam, que é a maior empresa de locação de equipamentos da Europa, vai pagar R\$ 16 por ação, o equivalente a um prêmio de 22% sobre o fechamento de sexta-feira (22), pelos 50,3% que são hoje dos controladores.

Uma vez implementada a operação, a Loxam se compromete, conforme determinação legal, a realizar uma oferta de aquisição de ação aos demais acionistas da Mills nos mesmos termos da proposta enviada aos controladores.

“A família fundadora da Mills sempre sonhou em perpetuar o seu legado na companhia aproximando-a de players relevantes globais”, afirma a empresa, em comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Segundo dados públicos mais recentes, o bloco de controle da Mills é formado por membros da família fundadora Nacht, um fundo administrado pela Southern Cross Group e a Sullair Argentina.

Com atuação primordialmente voltada aos setores de construção civil, infraestrutura, indústria, energia, eventos e serviços, a Loxam está presente no Brasil desde 2015, através da Loxam do Brasil e A Geradora.

O fechamento da venda das ações está sujeito ao cumprimento de condições suspensivas usuais para operações dessa natureza, incluindo a obtenção da aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 25/05/2026

GERDAU LANÇA A NEWECO, NOVA LINHA DE AÇO COM BAIXA EMISSÃO DE CARBONO PARA ACELERAR A DESCARBONIZAÇÃO

Produtos são resultado de uma matriz produtiva sustentável baseada na reciclagem de sucata e no uso de energia elétrica de fontes renováveis

Por Gerdau



O futuro da construção sustentável será possível com a Gerdau NewEco. Inovação e menor emissão de carbono estarão à disposição de soluções para construção civil — Foto: Imagem meramente ilustrativa: Getty Images

A linhada aos esforços globais de sustentabilidade, a indústria de aço vem intensificando a adoção de soluções de descarbonização em sua cadeia de negócios. De acordo com o último levantamento divulgado pelo CRU Group, a incorporação de novas tecnologias de produção deverá resultar em uma redução de 67% das emissões diretas de carbono até 2050. Uma das protagonistas desse movimento,

a Gerdau, maior empresa brasileira produtora de aço, vem se consolidando entre as principais

referências na produção de aço de baixa pegada de carbono, oferecendo soluções e produtos para as cadeias que desejam descarbonizar os seus negócios.

Seguindo essa estratégia, a companhia apresenta ao mercado a Gerdau NewEco, uma solução de aço com baixa emissão de carbono desenvolvida para apoiar clientes que buscam avançar em suas jornadas de descarbonização e fortalecer sua competitividade em um cenário de transição para uma economia de baixo carbono. Com o lançamento da nova linha, a empresa passa a oferecer um portfólio completo de produtos com menor pegada de carbono para os setores consumidores de aço, como o automotivo, industrial e de construção.



A Gerdau NewEco será produzida com matriz energética 100% renovável (acima). A matriz produtiva da Gerdau NewEco é baseada no uso de sucata como matéria-prima.
— Foto: Getty Images

“A Gerdau NewEco foi desenvolvida para oferecer aos nossos clientes uma solução que contribuirá para a descarbonização de seus projetos, iniciativas e produtos finais com foco em competitividade e sustentabilidade. Assim, a Gerdau reforça seu compromisso com o desenvolvimento sustentável de sua cadeia de valor, assegurando aos clientes a oportunidade de estarem bem-posicionados no mercado frente à busca por

uma economia de baixo carbono”, afirma Gustavo Werneck, CEO da Gerdau.

Os aços da linha Gerdau NewEco são produzidos a partir de sucata ferrosa, reforçando o compromisso da empresa com a economia circular e a reciclagem. Atualmente, cerca de 70% do aço produzido pela Gerdau tem como base a sucata, e a companhia recicla aproximadamente 10 milhões de toneladas de sucata por ano, sendo uma das maiores recicladoras da América Latina. Além disso, a produção do aço Gerdau NewEco é garantida por energia elétrica proveniente de fontes 100% renováveis, o que contribui de forma significativa para a redução das emissões de gases de efeito estufa ao longo do processo produtivo.

COMPROMISSO AMBIENTAL

A Gerdau NewEco é uma solução para as cadeias de negócios pautadas por princípios de inovação e sustentabilidade



- MATÉRIA-PRIMA RECICLADA:** produção feita com sucata metálica.
- ENERGIA RENOVÁVEL:** produção garantida por fontes 100% renováveis.
- TRANSPARÊNCIA:** metodologia alinhada às melhores práticas do setor e dados auditados por terceira parte.

FONTE: GERDAU



A intensidade de emissões dos produtos Gerdau NewEco é medida por meio de metodologia alinhada às melhores práticas do setor mundial do aço, com dados auditados por terceira parte, assegurando transparência, clareza e confiança para os clientes na tomada de decisão.

Os vergalhões para construção civil estão entre os produtos da linha Gerdau NewEco — Foto: Divulgação

“Com a linha de produtos Gerdau NewEco, a empresa reforça seu compromisso com as mudanças climáticas e com a geração de crescimento econômico sustentável, oferecendo ao mercado soluções em aço que unem qualidade e resultados concretos”, afirma Cenira Nunes, gerente-geral de meio ambiente da Gerdau.

“A GERDAU NEWECO FOI DESENVOLVIDA PARA OFERECER AOS NOSSOS CLIENTES UMA SOLUÇÃO QUE CONTRIBUIRÁ PARA A DESCARBONIZAÇÃO DE SEUS PROJETOS, INICIATIVAS E PRODUTOS FINAIS COM FOCO EM COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE — GUSTAVO WERNECK, CEO da Gerdau

Resultado de uma matriz produtiva sustentável baseada principalmente no uso de sucata como matéria-prima, a Gerdau tem atualmente uma das menores intensidades de emissão de gases de efeito estufa da indústria do aço, o que representa cerca de metade da média global do setor, segundo dados da Associação Mundial do Aço (worldsteel). A companhia registra índice de 0,85 tonelada de CO₂e por tonelada de aço (escopos 1 e 2). Para 2031, a meta é reduzir esse patamar para 0,82 tonelada de CO₂e por tonelada.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 25/05/2026

TENSÃO COM ALCOLUMBRE TRAVA PAUTA PRIORITÁRIA DO GOVERNO NO SENADO

PEC da Segurança e projeto de lei dos minerais críticos aguardam retomada de diálogo entre Lula e senador; petista fez cobrança pública

Por Gabriela Guido — De Brasília



Alcolumbre e Lula em cerimônia no TSE: chefes de Poderes estão afastados desde rejeição da indicação de Messias ao STF — Foto: Brenno Carvalho/Agência O Globo/12/05/2026

Matérias prioritárias do governo de Luiz Inácio Lula da Silva no Senado, como a proposta de emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública e o projeto de lei (PL) que regulamenta a exploração de minerais críticos no Brasil, estão parados no Senado aguardando uma eventual melhora da relação do chefe do Executivo com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). Com sessões semipresenciais nas próximas semanas, senadores preveem pouca produtividade nos trabalhos na Casa.

Os dois textos dependem do despacho de Alcolumbre para serem discutidos nas comissões temáticas e, em seguida, serem deliberados pelos senadores. Não há, até o momento, nomes escolhidos para a relatoria desses projetos.



Na sexta-feira, Lula fez um apelo direto ao presidente do Senado, em entrevista ao programa Sem Censura, da EBC. “Coloque a PEC para votar”, disse o petista. Ele afirmou que, se o projeto passar no Congresso, anunciará em até 15 dias a criação do Ministério da Segurança.

Senadores que abordam Alcolumbre e o questionam sobre o tema não recebem uma resposta clara. Na última quarta-feira (20), o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Otto Alencar (PSD-BA), também cobrou publicamente Alcolumbre pelo despacho da PEC da Segurança para o colegiado, e foi ignorado.

Ao Valor, Otto disse que ficou de falar com o presidente do Senado sobre o assunto, mas a agenda deles não coincidiu na semana passada. Para ele, a demora no andamento da PEC é causada “pela crise entre o Senado e o Executivo pela rejeição do Messias”.

Em 29 de abril, o Senado rejeitou a indicação do Advogado-Geral da União (AGU), Jorge Messias, ao Supremo Tribunal Federal (STF). O placar foi de 42 votos contra e 34 a favor.

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), por sua vez, acredita que o presidente da Casa está esperando para despachar de uma vez só a PEC e o texto que regulamenta a exploração de terras raras no Brasil. “Acredito que o presidente Davi está aguardando o melhor momento para despachar as duas propostas juntas”, respondeu o parlamentar a jornalistas.

Minerais críticos

No caso do projeto dos minerais críticos, Alcolumbre tem recebido pedidos de senadores que desejam relatar a matéria, especialmente daqueles pertencentes aos Estados com potencial de exploração desses minérios críticos, e sinalizado a eles que quer votar o texto. O chefe do Legislativo, no entanto, não tem falado sobre nomes que podem ficar com a relatoria.

O Palácio do Planalto tenta conseguir a relatoria do texto, especialmente para garantir a manutenção de dispositivos que delinham as competências do Executivo na exploração desses recursos.

Apesar de ainda estar em discussão na Câmara dos Deputados, senadores ainda veem como uma incógnita o ritmo da tramitação da PEC que coloca fim à escala 6x1 na Casa. Após reunião com representantes do setor produtivo há alguns meses, Alcolumbre garantiu que o assunto não seria deliberado de forma apressada. Os parlamentares também acreditam que o tema deve enfrentar pressão de empresários para que compensações sejam incluídas na matéria.

Um projeto, no entanto, que deve ganhar tração nas próximas semanas é o que permite a renegociação de dívidas por produtores rurais, mesmo com o governo sendo contrário à matéria. Alcolumbre já se comprometeu a colocar para votar o texto em plenário na mesma semana em que for aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa. O presidente da CAE, senador Renan Calheiros (MDB-AL), pretende votar a proposta na próxima terça-feira (26) após ter uma última reunião de negociação com o Ministério da Fazenda na véspera.

Lula e Alcolumbre

Governistas não acreditam que a relação de Lula e Alcolumbre deve melhorar em um futuro próximo, mas avaliam que o chefe do Legislativo tem se mostrado aberto a dialogar com interlocutores do Planalto e que quem deve fazer um gesto é o amapaense. Os dois chefes de Poderes têm mantido uma relação protocolar nos eventos públicos dos quais participaram nas últimas semanas.

“Não vejo essa relação melhorando. Está a mesma coisa”, afirmou Otto, que viajou com o presidente da República para a Bahia na semana retrasada e ouviu dele o desejo de reapresentar Messias ao STF. “Ele [Lula] falou que o Messias merecia estar no Supremo e queria encaminhar o nome dele de novo. Ele tem vontade de realizar o sonho do Messias. Ele não tem outro candidato, só o Messias. Não tem substituto”, afirmou.

“Pelo que eu conheço do Lula, ele não vai perdoar o Davi tão cedo pela derrota do Messias”, disse, sob reserva, um senador da base.

Nas últimas semanas, entretanto, Alcolumbre recebeu o ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), José Guimarães, e o ministro da Defesa, José Múcio, na residência oficial da presidência do Senado, em um sinal de reaproximação.

Fonte: Valor Econômico - SP

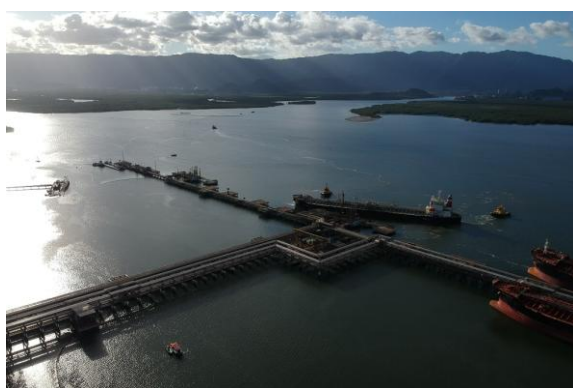
Data: 25/05/2026

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

SANTOS SUPERA 59 MILHÕES DE TONELADAS MOVIMENTADAS EM 4 MESES

Da Redação Portos e logística 25/05/2026 - 18:46



A Autoridade Portuária de Santos (APS) anunciou, nesta segunda-feira (25), que a movimentação de cargas no Porto de Santos atingiu em abril 16,5 milhões de toneladas, o maior volume registrado para esse mês, com aumento de 11,5% em relação ao mesmo período de 2025. No acumulado do ano, houve crescimento de 6,6%, com 59,3 milhões de toneladas, a melhor marca para um primeiro quadrimestre da série histórica.

Em abril, a movimentação de contêineres chegou a 508,7 mil TEU, 10,7% a mais que no mesmo mês do ano passado, também a melhor marca para o período. No

acumulado do quadrimestre, os 1,91 milhões de TEU representaram crescimento de 5,4% na comparação com 2025.

Segundo a APS, a movimentação de granéis líquidos foi de 6,6 milhões de toneladas nos quatro primeiros meses de 2026, com aumento de 10,1% em relação ao mesmo período de 2025 e novo recorde para um primeiro quadrimestre. Em abril, foi movimentado 1,7 milhão de toneladas. Os destaques do primeiro quadrimestre foram os aumentos do embarque de diesel, óleo combustível e gasolina, de 27,9%, 23,9% e 15,8%, respectivamente.

Os granéis sólidos chegaram a 29,2 milhões de toneladas no primeiro quadrimestre de 2026, 8,2% a mais que em 2025, outro recorde para o período. Soja em grãos, com 54,8%, açúcar, com 16%, e soja peletizada, com 12% apresentaram os maiores crescimentos. No mês de abril, a movimentação de granéis sólidos avançou 16,2% ante abril de 2025.

A autoridade portuária informou ainda que a participação do Porto de Santos na corrente comercial brasileira foi de 28,5% nos quatro meses de 2026. No período, a China ampliou a sua condição de principal parceiro comercial, e cerca de 31,9% das transações comerciais nacionais com o exterior que passaram pelo Porto de Santos tiveram o país asiático como origem ou destino.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/05/2026

PROCURA POR MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES NO MERCADO GLOBAL CAIU 0,9% EM MARÇO, APONTA CONSULTORIA

Da Redação Navegação 25/05/2026 - 18:58

Levantamento da Maritime Strategies International (MSI), consultoria especializada em transporte marítimo, mostrou que, embora os combates entre Estados Unidos, Israel e Irã tenham cessado após anúncio de cessar fogo, o Estreito de Ormuz continua fechado à navegação, o que provocou em março de 2026 queda de 0,9% na demanda global por movimentação de contêineres em comparação



com o mesmo período do ano anterior. A empresa previu, no entanto, a reabertura gradual da passagem nos próximos meses e que os níveis de trânsito atingirão no terceiro trimestre 80% dos níveis pré-conflito e 95% no quarto trimestre de 2026.

Segundo o estudo, as rotas ligadas ao Oriente Médio registraram as maiores quedas. A oeste entre o Extremo Oriente e o Oriente Médio/Índia caiu 19,6% em março em comparação com o mesmo período do ano anterior, com a maior queda desde os primeiros meses da pandemia de Covid-19, e a entre a China e Golfo Pérsico teve redução forte em sua participação no comércio regional.

Mas, de acordo com a MSI, outras rotas mostram resiliência, incluindo a entre a Ásia e a Europa, que registrou crescimento anual de 1,7% em março. A consultoria explicou que resultado foi impulsionado pelas mercadorias enviadas para a Europa e previu que a Transpacífica Leste poderá apresentar segundo semestre mais forte do que o primeiro.

Frete

Mesmo com a queda na procura, as taxas de frete continuam subindo, segundo a consultoria Drewry, que informou que seu Índice Mundial de Contêineres (WCI) aumentou 6%, para 2.712 dólares por FEU, puxado principalmente pelas rotas da Ásia para a Europa. As tarifas entre Xangai, na China, e Roterdã, na Holanda, subiram 15%, para 2.773 dólares por FEU, enquanto as de Xangai para Gênova, na Itália, aumentaram 10%, para 4.082 dólares por FEU.

Segundo a Drewry, esses aumentos se devem tanto à demanda antecipada da alta temporada quanto às tarifas FAK (Frete para Todos os Tipos). A consultoria indicou que a CMA CGM anunciou novas tarifas FAK, válidas a partir de 1º de junho, fixando valores em torno de 4.700 por FEU para ligações entre a Ásia e a Europa e de 5.500 e 5.700 dólares por FEU entre a Ásia e o Mediterrâneo.

A consultoria informou que pressões de alta estão sendo observadas também na rota Transpacífica. A Drewry observou que a ONE cobrará a partir de 1º de junho sobretaxa de alta temporada (PSS) de 2.000 dólares por FEU para cargas com destino ao leste. Já a MSI alertou que parcela do aumento das tarifas se deve às sobretaxas de combustível. "As sobretaxas de combustível marítimo são o principal fator do aumento das tarifas", afirmou a consultoria, acrescentando que isso "limitará o benefício" que as companhias de navegação podem obter com os preços à vista mais altos.

A Drewry informou ainda que a incerteza geopolítica também está impactando a gestão da capacidade e que são esperadas 41 viagens canceladas nas próximas cinco semanas, de um total de 700 viagens programadas nos principais serviços Leste-Oeste. Se forem confirmadas as previsões, a taxa de cancelamento chegará a 6% no período.

As maiores interrupções previstas são para as rotas Transpacíficas Orientais e Ásia-Europa/Mediterrâneo, ambas com 37% de cancelamentos. A Drewry explicou que as companhias de navegação estão ajustando a oferta por meio de cancelamentos de viagens e gerenciamento seletivo da capacidade para manter os níveis de tarifas. A consultoria observou, no entanto, que o uso da capacidade na rota Ásia-Europa permanece alta. Apenas três viagens canceladas foram anunciadas para esta semana nessa rota, indicando, segundo a empresa, maior utilização da capacidade para acomodar a carga da alta temporada.

A Drewry explicou que os tempos de trânsito mais longos resultantes dos desvios no Mar Vermelho, do congestionamento no norte da Europa e da incerteza em relação ao combustível estão levando alguns donos de cargas a antecipar embarques para antes da temporada de pico tradicional. De acordo com a consultoria, sobretaxas adicionais, serviços extras seletivos e uma oferta mais restrita de embarcações provavelmente manterão as condições de mercado sensíveis a novas perturbações geopolíticas ou operacionais nas próximas semanas.

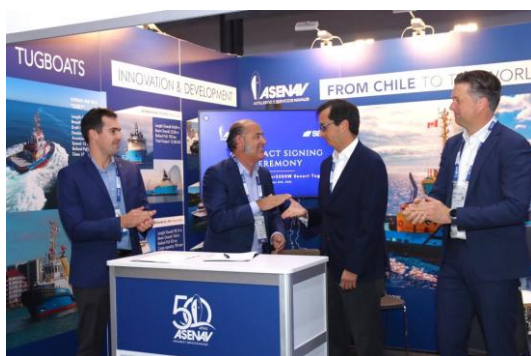
A MSI prevê que o mercado de transporte marítimo continuará enfrentando desafios de rentabilidade durante 2026, apesar do aumento das taxas spot. Mas uma eventual paz no Oriente Médio poderia aliviar gradualmente as pressões sobre o transporte marítimo de contêineres, favorecendo a reabertura do Estreito de Ormuz e a moderação dos custos de combustível, sobretaxas e taxas à vista.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/05/2026

SAAM ENCOMENDA REBOCADOR DE 80T BP A ESTALEIRO CHILENO PARA OPERAÇÃO NO CANADÁ

Da Redação Indústria naval 25/05/2026 - 19:07



A Saam Towage anunciou, nesta segunda-feira (25), que encomendou um novo rebocador de última geração ao estaleiro chileno Asenav. A empresa informou que é a segunda embarcação do tipo contratada com a indústria do Chile, à qual havia encomendado outra no início deste ano.

O rebocador terá 32 metros de comprimento, força de tração estática superior a 80 toneladas (bollard pull) e será equipado com motores com sistema de controle de emissões em conformidade com as normas ambientais da Organização Marítima Internacional (IMO).

Além disso, terá certificações de combate a incêndio FiFi1 (Fire Fighting 1) e de rebocador de escolta, caracterizado por alta capacidade de tração estática indireta a velocidades de até 10 nós, e equipamentos de segurança para operações em terminais especializados de gás natural liquefeito (GNL).

De acordo com a Saam, os dois rebocadores serão usados em operações de apoio no Canadá. O CEO da companhia, Hernán Gómez, explicou que as embarcações fazem parte projeto de ter frota moderna, eficiente e sustentável para atender a mercados mais exigentes. “Atualmente, operamos em 12 países das Américas e nosso objetivo é continuar crescendo”, afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/05/2026

TOMÉ PREVÊ INÍCIO DAS OBRAS DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ NO 1º TRI DE 2027

Da Redação Portos e logística 25/05/2026 - 19:40



O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, garantiu que a construção do túnel submerso ligando as cidades de Santos e Guarujá, em São Paulo, será iniciada no primeiro trimestre de 2027 e que há possibilidade de que comecem já em janeiro. Em audiência pública Comissão de Viação Transportes (CVT) da Câmara dos Deputados, na última semana, ele afirmou que todo o processo para o início das obras já foi feito e não há risco de adiamento.

“Não há contestação. É hora de botar a pedra fundamental”, declarou. Na sessão, Franca explicou que o Tribunal de

Contas da União (TCU) aprovou o modelo de governança firmado entre a Autoridade Portuária de Santos (APS), que administra o Porto de Santos, e o governo do estado de São Paulo, que vão arcar com os custos do empreendimento. Disse ainda que as obras serão monitoradas pela APS e pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp).

O edital foi publicado em fevereiro de 2025 e o leilão realizado em setembro daquele ano. Franca ressaltou que o contrato com a empresa vencedora já está assinado e que está mantida a previsão de que o túnel será usado a partir de 2030. “Os aportes já foram feitos pela APS e pelo governo de São Paulo e, em 24 meses, teremos o túnel em funcionamento”, afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/05/2026

PORTARIA DESTINA R\$ 3 BILHÕES DO SUPERÁVIT DO FMM EM 2025 PARA TESOUREIRO

Por Danilo Oliveira Indústria naval 22/05/2026 - 20:55



Destinação temporária de recursos de um total de 15 fundos públicos ao Ministério da Fazenda, prevista em emenda constitucional, deverá ter devolução gradual a partir de 2031

A Secretaria do Tesouro Nacional autorizou a destinação de parcelas do superávit financeiro de 15 fundos públicos ao Ministério da Fazenda, considerando o apurado em 31 de dezembro de 2025. O montante da destinação, em caráter excepcional e temporário, é de R\$ 26,5 bilhões. Desse total, R\$ 3 bilhões são referentes ao superávit do Fundo da Marinha Mercante (FMM) e R\$ 455,8 milhões relativos ao

Fundo Naval. Outros R\$ 169,6 milhões são do excedente do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (FDEPM) no período.

De acordo com a portaria, publicada na última quinta-feira (21) em edição extraordinária do Diário Oficial da União, os recursos transferidos deverão ser aplicados exclusivamente em programas de financiamento reembolsável vinculados a ações de mitigação e adaptação à mudança do clima.

As destinações terão vigência até 31 de dezembro de 2030, devendo os recursos serem gradualmente devolvidos aos fundos de origem, a partir de 2031, conforme o cronograma de amortização dos financiamentos contratados com base nesses recursos e observado ainda os ritos operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que é o agente financeiro da União.

“Os valores provenientes da amortização e dos encargos financeiros dos financiamentos concedidos com recursos transferidos retornarão proporcionalmente aos valores destinados dos fundos”, prevê a portaria. O acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos recursos destinados será realizado pela Secretaria do Tesouro Nacional e pelo BNDES. O banco deverá elaborar relatórios anuais com informações sobre montantes transferidos e aplicados, bem como o saldo disponível e previsão de reembolsos, além do impacto dos projetos financiados sobre as metas de mitigação e adaptação climática.

A destinação temporária está prevista na Emenda Constitucional 136/2025 e na Portaria MF 2.358/2025. Ela é uma atualização da EC 109/2021, editada durante a pandemia, que concedeu uma autorização legal ao governo federal para transferir o superávit do FMM e de outros fundos setoriais para o Tesouro Nacional.

O governo federal espera encerrar o ciclo de quatro anos (2023-2026) com mais de R\$ 20 bilhões em contratos de financiamento do FMM assinados. Em janeiro deste ano, o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), gestor do FMM, informou que o fundo setorial tinha R\$ 34 bilhões de saldo para fomento à indústria naval (novas aprovações de projetos) e R\$ 8 bilhões para novas contratações em 2026.

Fontes ouvidas pela reportagem não acreditam que a destinação, num primeiro momento, afete significativamente o FMM porque os valores de estoque do fundo superam os R\$ 30 bilhões. E

também por se tratar de uma transferência parcial, que depois será reposta após 2030. O receio, no entanto, é se houver um acréscimo significativo nas futuras demandas de financiamento para a construção naval. Para a quantidade atual, a avaliação é que os pleitos da indústria estão sendo bem absorvidos.

Outra questão levantada é a preocupação de que esse tipo de operação se torne recorrente e recursos do FMM sejam acessados para demandas que não são relativas a atividades do setor naval. “É mais um avanço nos recursos não utilizados anualmente do FMM. Tal situação preocupa, ainda que [a cabotagem] não sejamos grandes usuários do FMM — por outras razões. Mas isto tudo sangra o FMM e impacta uma demanda futura se houver (...). Preocupa mais ainda que não usem, pelo menos, em um segmento correlato, como o aumento do uso da cabotagem que emite muito menos que o rodoviário”, comentou o diretor-executivo da Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac), Luis Fernando Resano.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 22/05/2026

TECON SANTOS 10: MINISTRO E DG DA ANTAQ MANTÊM PREVISÃO DO LEILÃO EM 2026

Por Nelson Moreira Portos e logística 25/05/2026 - 19:33



Tomé Franca afirmou que tem expectativa de que edital possa ser publicado em julho ou agosto e que o leilão seja marcado para novembro. Frederico Dias acredita no prazo, ainda que modelagem precise ser novamente submetida ao TCU

O ministro de portos e Aeroportos (MPor), Tomé Franca, e o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Frederico Dias, informaram que têm expectativa de realizar, ainda em 2026, o leilão do Tecon Santos 10. Em audiência pública realizada na última quarta-feira (20) na Comissão de Viação e Transportes (CVT) da Câmara dos Deputados, eles afirmaram que o processo passa por reavaliação por causa de sugestões apresentadas pelo Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) da Casa Civil da Presidência da República, mas avaliaram que é possível superar os trâmites necessários, inclusive com nova avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU).

Franca lembrou que em 2024 o ministério encaminhou o processo para a agência reguladora, que, após análise técnica e regulatória, propôs a restrição a empresas que já operam terminais no Porto de Santos e que, após avaliação, o plenário do TCU ampliou a proposta com impedimento também de participação dos armadores. Segundo o ministro, essa foi a modelagem inicialmente aprovada, mas, após receber recentemente sugestões do PPI, pediu de volta à Antaq o processo para analisar a possibilidade de acolhê-las. “Pedimos de volta para que fosse acolhida a nota técnica do PPI”, alegou Franca.

Já Frederico Dias informou que a Antaq está na fase de receber de volta o processo com as sugestões da Casa Civil e fazer nova análise. Ele ressaltou que a avaliação técnica da agência reguladora estava finalizada e já havia sido aprovada pelo TCU, mas disse que considera natural que receba novas orientações de política pública.

De acordo com Dias, o próximo passo será a avaliação de como a Antaq poderá conjugar as preocupações apresentadas pelo PPI, ressaltando que o objetivo é ter o melhor leilão possível no menor tempo possível. Ele alertou, no entanto, que, se a nova análise técnica resultar em proposta diferente da inicial, o caso terá que ser novamente submetido do TCU.



O diretor-geral da Antaq manifestou, porém, otimismo com a possibilidade de o leilão ser realizado ainda este ano. “A gente acha isso possível e estamos trabalhando para fazer o leilão ainda este ano, ainda que precise passar pelo TCU, por causa da importância que todos dão ao Tecon Santos 10”, disse Dias.

Franca também afirmou acreditar na possibilidade de que o certame seja feito ainda em 2026, apesar da necessidade de reavaliação da modelagem por causa das sugestões do PPI. Ele considera “natural” a rediscussão do modelo diante do que o investimento do Tecon Santos 10 representa para a infraestrutura portuária do país.

O ministro afirmou que tem expectativa de que o edital possa ser publicado em julho ou agosto e que o leilão seja marcado para novembro. “A nossa posição é realizar o leilão ainda em 2026 e a expectativa é de que a gente encontre o melhor caminho e que apresente a melhor proposta para a sociedade”, explicou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 22/05/2026

HUB DE INOVAÇÃO É INAUGURADO NO PORTO DE SANTOS

Da Redação Portos e Logística 22/05/2026 - 21:01

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, e o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, inauguraram nesta sexta-feira (22) o Hub de Inovação - Armazém 7, num antigo armazém do Porto de Santos. O espaço foi recuperado para abrigar projetos de desenvolvimento tecnológico, startups e laboratório, entre outras atividades.

O Hub de Inovação ficará no armazém 7 em área de 1,8 mil metros quadrados, próximo ao Centro Histórico de Santos, cujas características originais foram mantidas. De acordo com a APS, ele terá auditório, museu tecnológico e recursos interativos para enriquecer a experiência dos visitantes e usuários numa imersão no universo portuário.

O projeto contempla também recursos de realidade aumentada e visita virtual para explorar o porto, além de minicentro de convenções, espaços para organizações parceiras, como instituições educacionais ONGs, entre outras. Terá ainda coworking para incentivar a ciência e tecnologia entre a comunidade local, observatórios do clima e do oceano, especializados em sustentabilidade, meteorologia e oceanografia, e ponto de apoio para visitas embarcadas pelo canal do porto, com acesso organizado de visitantes.

O Hub será gerido pelo Instituto Mackenzie, ligado à universidade do mesmo nome, e o convênio para a parceria entre a Autoridade Portuária de Santos e a universidade, de R\$ 7,5 milhões, foi assinado pelo ministro Tomé Franca. A recuperação do Armazém 7 é resultado de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com o Ministério Público de São Paulo como contrapartida ao novo terminal de grãos da empresa chinesa Cofco, e a melhoria está prevista no contrato de arrendamento celebrado com a APS.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 22/05/2026



MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 25/05/2026